



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**



## Relatório Técnico do Projeto

# Saúde, Ambiente e Políticas Públicas: um estudo das experiências de morar no território de Manguinhos

Edital Papes VI/Fiocruz/ CNPq

Março 2019

**REALIZAÇÃO**



**APOIO**



## **Coordenação**

Marize Bastos da Cunha

## **Equipe**

Fatima Pivetta (Pesquisadora do Projeto - ENSP/Fiocruz)

Jairo Dias de Freitas (Pesquisador do Projeto - Escola Politécnica/ Fiocruz)

Lenira Zancan (Pesquisadora do Projeto ENSP/Fiocruz)

Marcelo Firpo de Souza Porto (Pesquisador do Projeto - ENSP/Fiocruz)

## **Assistentes de Pesquisa**

Fabiana Melo Sousa (Coordenação da equipe audiovisual)

Mônica dos Santos Francisco (Moderadora de oficinas)

Anastácia dos Santos (assistente campo e registro de imagens)

Viviani Cristina Costa – mestrado acadêmico – ENSP/Fiocruz

## **Apresentação**

Esta pesquisa buscou analisar os modos de produção da saúde e da doença através das experiências de morar em um território em transformação, submetido a processos de intervenção urbana e social, e contribuir para os processos de formação e fortalecimento das ações de promoção da saúde dos atores sociais locais, considerando a perspectiva da construção compartilhada de conhecimento em saúde. O território escolhido foi o Complexo de Manguinhos, um conjunto de favelas, situado na zona norte do município do Rio de Janeiro e localizado na região onde está estabelecida a Fundação Oswaldo Cruz, instituição a qual a coordenadora e o Laboratório Territorial de Manguinhos estão integrados. Com efeito, a pesquisa busca dar continuidade a conjunto de iniciativas anteriores no mesmo território.

Em 2011, quando foi encaminhado ao edital Papes VI, o projeto tinha então como ponto de partida três eixos:

- Percurso de trabalho realizado pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) da Fiocruz, projeto de pesquisa-ação cujo processo de instalação se iniciou em maio de 2003;
- as discussões e referências teórico-metodológicas presentes na concepção e desenvolvimento da então área de concentração Processo Saúde-Doença, Território e Justiça Social (atualmente denominada Território, Vigilância e Avaliação das Condições de Saúde) do Programa de Pós Graduação Saúde Pública, onde alguns dos pesquisadores da equipe da presente pesquisa atuam.
- a experiência da pesquisadora- coordenadora em projetos de pesquisa e intervenção social em diversos territórios vulneráveis do município do Rio de Janeiro, particularmente na área de educação e saúde, usando metodologias participativas e o procedimento de história oral, e recorrendo à memória social.

No entanto, desde janeiro de 2013, quando o projeto começou a ser implantado, alguns outros eixos, constituídos por iniciativas de pesquisa nas quais a pesquisadora e o LTM estavam envolvidos, inspiraram a pesquisa e concorreram para a execução do projeto, tornando possível que se desenvolvesse (objetivos, metas e grande parte dos produtos), a despeito dos vários problemas na liberação dos recursos financeiros aprovados no edital.

Sendo assim, cabe aqui destacar as outras iniciativas às quais este projeto articulou-se:

- Projeto “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da Promoção da saúde e da Justiça ambiental”, financiado pelo CNPq (edital MCTI/CNPq/MCIDADES n. 11/2012) e realizado no período 2013-2014;
- No âmbito da Rede Teias Escola Manguinhos/Fiocruz, os projetos “Uma Análise Participativa do PAC Manguinhos-RJ na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental” (2014) e “Vigilância Popular em Saúde, Produção e Circulação Compartilhada de Conhecimento” (2016).

Destacamos ainda que ao longo do ano de 2017, mesmo sem apoio de projetos, continuamos a nos debruçar sobre a temática, produzindo artigos e orientando uma dissertação a respeito do problema do crack e co orientando outra sobre a questão da obesidade de pós parto, ambas tendo como área de estudo o território de Manguinhos. Continuamos ainda a acompanhar as atividades do território e assessorar os moradores atuantes em iniciativas locais, bem como o Conselho Gestor Intersetorial de Manguinhos (CGI).

A concepção central de nossa proposta centra-se no elo que une os três eixos acima citados e que esteve presente nas iniciativas destacadas: a perspectiva da **produção e difusão compartilhada de conhecimento** sobre saúde, ambiente e cidadania; o diálogo entre as instituições científicas e a sociedade, para o desenvolvimento de novos mecanismos e instrumentos do enfrentamento das desigualdades, de ampliação da cidadania e promoção da autonomia dos sujeitos.

Partimos do pressuposto de que o estudo da experiência de morar em um território vulnerável é importante para compreender os processos de constituição do espaço e os processos de produção social de saúde-doença, bem como a formulação de políticas públicas, em particular, aquelas que se referem ao enfrentamento da situação de saúde em territórios vulnerabilizados. Neste sentido, a busca deste caminho de estudo, dialogando com referência da educação popular freiriana, teve como perspectiva a produção de um conhecimento que conceba a pesquisa e a ação em saúde, numa perspectiva dialógica, e promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção.

Cabe destacar que os depoimentos dos moradores, e mesmo seus silenciamentos, têm nos indicado pistas que colocam em questão alguns modelos de análise que não consideram as experiências e conhecimentos produzidos pelos sujeitos que vivem nestes territórios, e também nos aproximam da produção técnico-científica mais crítica sobre problemas específicos de saúde.

Isso se expressa em algumas perguntas orientadoras de nosso olhar sobre a determinação social da saúde nos espaços de favela: como este lugar se inscreve nos corpos das pessoas e estruturam seus modos de viver, adoecer e morrer? Como isso se expressa no cotidiano das favelas, e de que forma tais experiências e saberes abrem espaços de reflexão e luta política, tanto dos moradores e suas organizações comunitárias, como de profissionais, instituições públicas e pesquisadores engajados?

Certamente, tais perguntas requerem um longo caminho para serem respondidas. Envolve a compreensão da produção do lugar, isto é, a história do lugar em conexão com a história das pessoas. São dimensões que nos levam do indivíduo e seus processos saúde-doença à sociedade e vice-versa. Ou seja, a compreensão do adoecimento não apenas como um fenômeno individual, biológico e genético, mas também marcado por sua historicidade e contexto social.

Desde 2003, orientando-se pela educação popular de base freiriana, o LTM produz e circula conhecimentos sobre saúde e ambiente na perspectiva da promoção emancipatória da saúde e da justiça ambiental. Atua junto a diferentes agentes sociais, em particular moradores de Manguinhos, organizações comunitárias, redes e movimentos sociais, profissionais de saúde e educação, alunos de diversos cursos da Pós Graduação da Fiocruz. Elegendo o território como lócus privilegiado de pesquisa e intervenção, buscamos a conexão entre os problemas de saúde do lugar e as dimensões sociais, políticas e culturais subjacentes às desigualdades sociais, aos déficits de democracia e às assimetrias de poder que marcam territórios, como os de Manguinhos (ZANCAN et al, 2014). Consideramos as vozes dos moradores e trabalhadores de territórios, que constituem as zonas de sacrifício do capitalismo contemporâneo, como centrais no enfrentamento dos conflitos sociais e ambientais, bem como na mobilização por políticas emancipatórias (BULLARD, 1994). O cotidiano experienciado pelas populações tem uma dimensão espacial que tem a ver com a questão da cidadania (SANTOS, M, 1996), em que estão implicados os efeitos de lugar (BOURDIEU, P, 2008) nas determinações sobre os modos de viver e de adoecer, e que nas favelas estão associadas às questões das invisibilidades, da

provisoriamente e dos desenraizamentos (CUNHA, MB et ali, 2015). Dimensões estas diretamente associadas ao racismo, ao preconceito e à discriminação.

No caso da pesquisa em questão, buscou-se levantar as experiências e conhecimento dos moradores envolvidos em ações locais, tendo como pressuposto a particularidade do lugar histórico social deste agente social, quando se trata de contribuir para desvendar a complexidade dos processos estudados. Inspirando-se no conceito de Bourdieu (1990), parte-se aqui da noção de campo do trabalho social, considerando que, localizados neste campo, os moradores envolvidos em ações comunitárias, circulam entre dois mundos conectados: o território onde vivem e atuam, e o universo da cidade democrática, travando relações com diferentes sujeitos (desde moradores até representantes do poder político, técnicos de instituições públicas e de ONG). Eles encontram-se, portanto, em pontos onde as estruturas sociais estão em ação e experimentam as contradições resultantes de seu lugar social, produzindo uma reflexão sobre os processos a que está sujeito e que marcam a dinâmica comunitária. (Bourdieu, 1997). Escutá-lo e acompanhá-lo significa ampliar nosso olhar, aproximando-nos das tramas que atravessam a vida em territórios vulneráveis, e que desafiam a ação das instituições que lidam com estas comunidades (Cunha, 2005; Dominguez, 2010).

O projeto foi desenvolvido através da pesquisa ação e procedimentos de metodologia qualitativa, observação direta, entrevistas abertas e oficinas de discussão. A observação direta foi realizada nas visitas regulares às localidades do território, nos diferentes eventos dos quais a equipe participou e, a partir do ano de 2014 nas reuniões ordinárias do Conselho Gestor Intersetorial (CGI). As entrevistas aprofundadas foram realizadas com moradores envolvidos em ações locais, alguns dos quais não são mais moradores do território mas continuam atuar em iniciativas na localidade. As oficinas de discussão foram realizadas junto com moradores e trabalhadores do território, e tinham como temas questões que iam se destacando na pesquisa, buscando debater as diferentes visões dos participantes. Tais oficinas eram realizadas com mediação da linguagem áudio visual, recorrendo-se a dispositivos que favoreciam o debate e o reconhecimento dos participantes nas questões discutidas. Os principais dispositivos eram imagens fotográficas e filmetes produzidos pela equipe, recorrendo a material de áudio e vídeo gerado pelo próprio processo de investigação.

A maior parte das ações desenvolvidas na pesquisa foram registradas em fotografias e gravadas em vídeo ou áudio, gerando um acervo documental fundamental à operacionalização das oficinas e ao desenvolvimento dos produtos. Destacamos também que grande parte deste material alimentou os canais das redes sociais criadas para esta pesquisa, e as demais desenvolvidas pela equipe: uma página do facebook e um canal do you tube.

Sendo assim, considerando nossa concepção central, a pesquisa buscou desenvolver um modelo de produção de conhecimento, incorporando o conhecimento e a experiência dos moradores que vivenciam os processos de transformação social e espacial em Manguinhos, e procurando fortalecer as ações locais e a autonomia dos sujeitos da pesquisa.

A seguir apresentamos os resultados do projeto, em cinco partes: uma breve reflexão teórica sobre a favela em mudança (1); a discussão sobre a construção compartilhada do conhecimento e a apresentação da metodologia usada na pesquisa, com nossos principais produtos (2); uma análise dos resultados da pesquisa, apresentando neste relatório preliminar dois textos elaborados para publicação (3) ; e possíveis agendas para a pesquisa ação decorrentes dos resultados do projeto (4).

## **1. Refletindo sobre a favela em mudança, as condições e experiências de vida de seus moradores**

Nossa pesquisa partiu do pressuposto que o conceito de condições de vida e de vulnerabilidade sócio ambiental contribui para explicarmos a realidade de Manguinhos. Contudo, para compreender a dinâmica do território, e avançar numa perspectiva de produção compartilhada, é necessário constituir uma visão compreensiva de Manguinhos, onde possamos ter acesso aos diferentes pontos de vista dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, conformando aquilo que Bourdieu denomina “espaço de ponto de vista” (1997). Não se trata, pois de abrir mão de referenciais explicativos dos processos em curso em territórios vulneráveis, em particular Manguinhos, mas de ampliá-los, lançando um olhar compreensivo sobre a realidade, agregando o espaço de ponto de vista daqueles que vivenciam tais transformações.

Incorporando o referencial teórico do historiador Thompson (1987; 1981), é possível afirmar que a “experiência” dos moradores, ainda que inscrita em processos macroestruturais do mundo social é vivida por estes sujeitos, que tratam desta experiência em sua consciência de maneiras diferenciadas, de acordo com sua cultura, sua visão de mundo e sua historicidade. Desta forma, apesar de inseridos em determinadas condições de vida, que traduzem uma crescente vulnerabilidade socioambiental e conformam seu campo de ação, os moradores não respondem reativamente a elas, mas atravessados por sua experiência, que implica numa determinada forma de apropriação da realidade e nas possibilidades de ação sobre ela (Cunha, 2005). A noção de experiência constitui-se, portanto, como uma mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social de saúde-doença, bem como da formulação de políticas públicas, em particular, naquelas que se referem ao enfrentamento da situação de saúde em territórios vulneráveis Isso porque é fundamental como elemento mediador na produção de um conhecimento que conceba a pesquisa e a ação em saúde, numa perspectiva dialógica, e promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção.

Tendo em vista esta perspectiva, bem como os resultados acumulados por pesquisas anteriores, buscamos ampliar o conhecimento das relações entre a moradia e a situação de saúde em Manguinhos, não apenas as explicando, mas compreendendo e enfatizando a experiência de seus moradores no território, e em suas relações com a cidade. Nesta pesquisa, a experiência do morar em um território atingido por um grande projeto de intervenção urbana conforma uma chave de acesso através da qual procura-se construir novas formas de conhecer o Manguinhos e seu lugar na cidade.

O estudo das experiências do morar no Conjunto de Favelas de Manguinhos um território em mudança, atingido por um projeto de intervenção urbana (PAC Favelas), e seus impactos sobre a situação de saúde, constitui-se sobretudo em uma reflexão, no sentido do que Bourdieu chama de caso particular do possível, onde a construção a partir do particular, permite o acesso a dados e questões capazes de abordar um modelo (1989). Assim, ainda que pontuais, ou seja produzidas na experiência de pesquisa em uma determinada localidade, pensamos que as questões levantadas pela investigação podem nos ajudar a compreender a experiência histórica dos moradores das favelas da cidade, e na cidade.

Manguinhos situa-se, pois, como um mirante de observação para ensaiar uma

compreensão histórica da favela, em especial da experiência de seus moradores diante de um grande projeto de intervenção urbana. Afastando-nos da perspectiva que pensa o lugar da favela a partir da ideia de exclusão, levantamos a potencialidade das noções de desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade para compreender a experiência histórica dos moradores frente aos processos de produção e reprodução de desigualdades econômicas e sociais desenvolvidas pelo capitalismo e às políticas públicas aí implementadas, bem como diante das disputas políticas e sociais que marcam estas localidades.

Em diálogo com as reflexões de Eclea Bosi a respeito da obra de Simone Weil (BOSI, 1987; 2003), compreendemos o desenraizamento como o processo que retira o morador de seu lugar por diferentes razões, mas todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento econômico e social que cria desigualdades sociais e ambientais: ele está presente na migração do campo para a cidade, ou quando os moradores precisam deixar suas casas em função de uma enchente ou outra situação de risco; ocorre ainda com aqueles que são removidos por causa de programas urbanos que os obrigam a deixar o lugar onde moram. Desde que as primeiras favelas se formaram no Rio de Janeiro, até os dias de hoje, quando se expandem, encontramos experiências de pessoas que foram arrancadas de seus lugares de origem - seja das próprias áreas centrais da cidade, seja de regiões rurais por todo o país - para dar lugar a um progresso que beneficiava a poucos.

O desenraizamento contribui para a compreensão do processo de transformação pelo qual passam as populações das favelas e áreas periféricas, que se tornaram estranhas em suas próprias localidades em função das mudanças na dinâmica do narcotráfico, da ação das milícias e das novas formas de políticas públicas, mediadas por um leque diversificado de agentes sociais, desde ONG's até o narcotráfico. Desta forma, os atuais processos de mudança no território, ao invés de promover políticas públicas intersetoriais, contribuir para inserir os moradores na cidade e potencializar suas redes de sociabilidade e coesão social, concorrem para reforçar a provisoriedade, como um modo de vida que marca historicamente tais localidades.

A provisoriedade vem sendo apontada como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, e em especial as políticas públicas voltadas para elas. Itamar Silva, morador da favela Santa Marta e coordenador do IBASE, nos diz em seu texto *Favela é Cidade*, na Revista *Democracia Viva* no 47 que o "Estado sempre teve dificuldade em lidar com o fenômeno das favelas no Rio de

Janeiro. A marca desta relação sempre foi a provisoriedade e a incompletude de suas promessas”. Desde o surgimento das primeiras favelas em nossa cidade, a provisoriedade tem se destacado, e as intervenções públicas nas favelas também tem se dado de forma provisória, obrigando aos moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado. “A provisoriedade no Rio de Janeiro já dura no mínimo 114 anos, e moradores, e moradoras de favelas hoje representam 25% da população da cidade”, diz Itamar Silva.

Por fim, destacamos a invisibilidade. Desde que começaram a se expandir pela cidade, as favelas são consideradas problemas. Por volta de 1920, na primeira campanha contra as favelas na cidade, elas são chamadas de “lepra estética”. A comparação com doenças sempre foi uma marca para se referir às favelas. No entanto, os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis. Sabemos que há algumas décadas, o trabalho de muitos profissionais que atuam no serviços, em especial de saúde e educação, e muitos estudos e pesquisas, tem tornado estes aspectos visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no cotidiano nas favelas. Em nossa pesquisa, identificamos vários problemas, muitos dos quais produzidos ou agravados pelas obras do PAC. Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostra que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de dados. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores tem dado a estes dramas ignorados.

Se o desenraizamento é a marca da experiência histórica de grande parte dos moradores, e a provisoriedade é a marca das políticas voltadas para as favelas ao longo da história, a dimensão da permanência e do pertencimento está presente na vida dos moradores, através de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídas em um esforço coletivo, e em suas redes de sociabilidade, tecidas ao longo dos anos (CUNHA, 1995; 1996). Assim, é preciso considerar que quando uma intervenção como o PAC avança, o faz sob um território marcado pelo provisoriedade, mas habitado por moradores que vem tecendo projetos de vida, suspensos, ou mesmo abortados, pelas incertezas do programa. Sendo assim, é fundamental considerar o impacto das mudanças em territórios, marcados por várias intervenções urbanas pontuais, e também pela violência. E, particularmente, o

impacto na vida das pessoas, concebidas como experiências coletivas, dramas que se repetem no tempo e no espaço, mas que não assumem visibilidade pública. E que por não serem publicizados, são percebidas como casos pessoais, isolados. Aqui, o que está em jogo, é a dimensão mais subjetiva deste processo que se reverte em problemas de saúde, que é timidamente considerada nos programas públicos.

Considerando essa necessidade de visibilização, é este um dos sentidos desta pesquisa e de outras por nós desenvolvidas: fazer emergir os problemas vivenciados pelos moradores bem como sua experiência dos moradores e o conhecimento que produzem no âmbito dos processos de transformação, em especial no que se refere aos processos de adoecimento e morte.

## **2. Abordagem metodológica a partir da construção compartilhada de conhecimento**

O enfoque metodológico assume um lugar particular no projeto do LTM, pois procura responder a alguns desafios que estão colocados na agenda do campo da saúde pública, do ponto de vista da investigação científica, e no que se refere à constituição de novos modelos de ação, que contemplem as múltiplas experiências e conhecimentos dos agentes envolvidos no cotidiano das ações em saúde.

Mais do que a conformação de técnicas, a metodologia neste projeto se constitui como um tema de experimentação e reflexão, onde busca-se discutir a importância do conhecimento dos moradores no processo de produção de informação, analisar a potencialidade da categoria de **experiência** na produção de conhecimento, e indicar métodos capazes de incorporar as experiências de moradores e técnicos locais nas pesquisas e intervenções desenvolvidas no nível local.

Em termos metodológicos, o principal caminho trilhado para incorporar a experiência e conhecimento dos moradores e realizar a produção compartilhada é a constituição e trabalho de Comunidades Ampliadas de Pesquisa-ação (CAP). A CAP tem como objetivo ampliar e integrar o conhecimento e a informação sobre questões e problemas relacionados ao território, sejam temas sobre saúde e ambiente ou políticas públicas. A ideia de reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas, no caso pesquisadores da FIOCRUZ e moradores-pesquisadores do lugar, pretende fornecer maior qualidade, contextualização e transparência tanto à produção de conhecimento quanto aos possíveis processos de compreensão e

engajamento, principalmente dos moradores, mas também técnicos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas.

A constituição de uma CAP reúne pesquisadores da FIOCRUZ e moradores dos territórios analisados, alguns dos quais inseridos no projeto também como pesquisadores, eventualmente ampliada por outros moradores, pesquisadores e profissionais, com o objetivo de discutir temas, problemas e soluções para o território. O espaço das CAP's se realiza por meio de fóruns, encontros, oficinas e trabalhos de campo que permitem a confrontação e integração de saberes e perspectivas.

O trabalho de uma CAP implica em criar as condições para um processo de tradução entre saberes capaz de fornecer inteligibilidade e confiança entre diferentes linguagens e perspectivas, possibilitando ampliar aos diferentes grupos sociais sua capacidade de compreender, interferir e transformar solidariamente uma dada realidade desfavorável. O que propomos traduzir inclui, dentre outros, temas como a complexidade, riscos, determinantes sociais, justiça ambiental e processos saúde-doença para o interior do setor saúde e das políticas públicas que interfiram no lugar. São múltiplas as linguagens e materiais produzidos nessa direção: além de textos, livros e cadernos-folhetos, recursos audiovisuais como documentários, jogos interativos, literatura de cordel e um portal na internet, dentre outros. Tais materiais buscam romper com o silêncio e a invisibilização das vozes do lugar por meio de propostas de produção, circulação e apropriação de ciclos de comunicação virtuosos (ARAÚJO, 2006; ARAÚJO & CARDOSO, 2007). Tais ciclos, ao se realizarem, podem servir de espaços potenciais para a autonomia e emancipação das pessoas e comunidades nos territórios vulnerabilizados.

Tendo em vista a CAP como eixo de ação, o projeto adotou uma metodologia de pesquisa, onde foram contemplados ainda diferentes caminhos. Além da revisão teórica e metodológica que realizada ao longo de toda a pesquisa, o estudo buscou diferentes procedimentos que pudessem acessar a experiência e conhecimento produzido pelos moradores de Manguinhos e concorrer para a produção compartilhada de conhecimento.

A seguir apresentamos os principais procedimentos desenvolvidos ao longo da pesquisa, e em articulação com outros projetos desenvolvidos por membros da equipe.

## 2.1. *Levantamento e revisão bibliográfica: atividade realizada ao longo de toda a pesquisa*

Nos primeiros seis meses, o levantamento teve como foco os seguintes temas: Políticas Públicas, Organização Comunitária e Participação Popular. A aquisição de livros no início do projeto veio favorecer tal revisão. Buscou-se uma maior aproximação histórica, com as iniciativas desenvolvidas nas favelas do Rio de Janeiro, em particular pelo poder público, e suas relações com as ações locais. O levantamento produziu o trabalho apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH (Associação Nacional de Pós Graduação em História), realizado em Natal.

A revisão incluiu ainda leituras e discussões que buscam aprofundar a metodologia da construção compartilhada de conhecimento e da comunidade ampliada de Pares. Tal discussão vem se dando no âmbito do LTM (Laboratório Territorial de Manguinhos) ao qual a pesquisa se integra, e os produtos daí advindos vem sendo elaborados coletivamente.

O aprofundamento deste tema ao longo de todo o projeto - metodologia da produção compartilhada e da comunidade ampliada de pares- concorreu para a elaboração de artigos científicos, capítulos de livros, livros, relatórios e dissertações dentre os quais destacamos:

- Artigo publicado em suplemento especial da *Revista Interface, Comunicação e Saúde*: Zancan LF, Pivetta F, Sousa FM, **Cunha M.B**, Porto MFS, Freitas J. Dispositivos de Comunicação para a Promoção da Saúde: Reflexões Metodológicas a Partir do Processo de Compartilhamento da Maleta de Trabalho “Reconhecendo Manguinhos”. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* 2014, 18:1313-1326.
- Capítulo de livro publicado a respeito do trabalho social e participação popular em favelas do Rio de Janeiro no livro *Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: IPEA, organizado por RODRIGUES, Rute Imanish, ; **CUNHA, M. B.** . Cenas Históricas da Participação Popular da constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio De Janeiro.
- Capítulo publicado em livro organizado pela Rede Teias Manguinhos Pivetta, F.; Porto, M.F.S.; Sousa,F.M.; Zancan,L.F.; **Cunha, M.B**; Guimarães,G.; Freitas,J.D. Trilhas da promoção emancipatória da saúde em diálogo com a Atenção Básica.In:Santos, I.S & Goldstein, R.A. (Org.). *Rede de Pesquisa em*

*Manguinhos: sociedade, gestores e pesquisadores em conexão com o SUS*. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

- Artigo publicado em suplemento especial da revista *O Social em Questão*: **CUNHA, M.B. ET AL.** O desastre cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão* 2015; 18(33):39-58, departamento de Serviço Social/PUC- RJ.
- Artigo publicado em revista indexada *Serviço Social da USP*: Porto et al. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 523-543, jul./set. 2015 523 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.035>.
- Artigo publicado em suplemento especial de revista indexada: PORTO, Marcelo Firpo de Souza et al . Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 6, p. 1747-1756, June 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000601747&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601747&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Feb. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.25802015>.
- MOREIRA, L. N. ; BARROS, D. C ; BAIÃO, M. R. ; CUNHA, M. B. . Quando tem como comer a gente come?: fontes de informações sobre alimentação na gestação e as escolhas alimentares. **PHYSIS. REVISTA DE SAÚDE COLETIVA (ONLINE)**, v. 28, p. 1-20, 2018.
- Capítulo de livro sobre Vigilância Popular em Saúde no Complexo de Manguinhos encaminhado para edital de publicação *Experiências em Educação Popular e Práticas Educativas no SUS*”, VEPOP-SUS/UFPB: CUNHA, M. B.; PIVETTA, F. ; PORTO, M. F. S. ; ZANCAN, L.F ; SOUSA, F. M. ; FRANCISCO, M. S. ; COSTA, V. C. . *Vigilância Popular em Saúde: contribuições para repensar a participação no SUS*. In: Bruno Oliveira de Botelho; Eymard Mourão Vasconcelos, Daniela Gomes de Brito Carneiro; Ernande Valentin do Prado; Pedro José Santos Carneiro Cruz. (Org.). **Educação Popular no Sistema Único de Saúde**. 1ed.São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2018, p. 95-126.
- Capítulo de livro publicado - PIVETTA, FATIMA ; CUNHA, M. B. ; PORTO, M. F. S. ; ZANCAN, LENIRA . *Promoção da Saúde e Conhecimentos Emancipatórios: aprendizados com pesquisa ação nos territórios de favelas*. In:

Figueiredo, Glória Lúcia Alves; Martins, Carlos Henrique Gomes; Akerman, Marco. (Org.). **Vulnerabilidades e Saúde: grupos em cena por visibilidade no espaço urbano**. 1ed.São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2018, v. , p. 383-403.

- Capítulo teórico metodológico encaminhado para publicação no livro *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*, organizado por Marteleto, Regina e aprovada pelo edital APQ3/2014 da Faperj : CUNHA, M. B.. Na intimidade da oficina de pesquisa em educação popular narrativas sobre um diálogo com Pierre Bourdieu. In: Regina Maria Marteleto; Ricardo Medeiros Pimenta. (Org.). **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 259-282.
- Livro publicado: PIVETTA, F. ; ZANCAN, L. ; CUNHA, M. B. ; CARDOSO, A. L. C. ; SILVA, I. . **Leituras sobre Políticas Públicas: o PAC Favelas como mirante de observação**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2018. v. 01. 194p .

Relatório de Pesquisa, resultante de assessoria a moradores de Manguinhos e ao CGI, elaborado em conjunto com eles, atendendo a uma solicitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro: PIVETTA, F. ; ZANCAN, L. ; CUNHA, M. B. ; RIBEIRO, P. E. . **Manguinhos Pós PAC: o agravamento das enchentes, relato de urgências**. 2018, disponível em: [https://www.academia.edu/38524208/MANGUINHOS\\_PÓS\\_PAC\\_O\\_Agravamento\\_das\\_Enchentes\\_Relato\\_de\\_Urgências](https://www.academia.edu/38524208/MANGUINHOS_PÓS_PAC_O_Agravamento_das_Enchentes_Relato_de_Urgências).

Dissertação defendida em 2017 sob co orientação da coordenadora do projeto e orientação de Marcelo Firpo de Souza Porto, integrante da equipe do projeto: COSTA VC. **O fenômeno do Crack a partir do espaço de pontos de vista dos agentes sociais do território de Manguinhos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25758>.

Vídeo produzido em 2018 analisando as experiências e conhecimentos dos moradores sobre a saúde na favela, sendo um dos principais produtos finais do projeto: SOUSA, F. M.; CUNHA, M. B. . **Vozes Importam: experiências e saberes sobre a saúde na favela**. 2018, disponível em : <https://youtu.be/KpkaZlp-XHM>

## 2.2 Rede de interlocução: com outras pesquisas, na localidade de estudo e outros territórios

Uma das ações mais importantes foi o investimento em uma rede de interlocução no território de estudo, a fim de se aproximar e estreitar o intercâmbio com atores locais, de forma a viabilizar o processo de pesquisa, através da metodologia da produção compartilhada de conhecimento, e responder a um de seus resultados esperados: promover o diálogo e articulação entre diferentes agentes sociais que vivem e atuam no território de Manguinhos, incentivando a promoção de iniciativas e projetos de cooperação em rede que impactem sobre os determinantes sociais. Tal rede de interlocução foi desenvolvida através de participação em fóruns e reuniões do Teias Manguinhos, eventos locais e outras favelas, que passam por processos semelhantes de mudanças, e também através do diálogo através de canais virtuais, notadamente o Facebook, onde o projeto, junto com outros projetos do LTM, criou uma página chamada *Territórios em Movimento* (<https://www.facebook.com/territoriosemmovimento/>) e um canal no You Tube (<https://www.youtube.com/channel/UCQZdcT-y3b2POYkARRQ1DWg/videos>) . O canal virtual foi fundamental também para participação em grupos de discussão, levantamento e circulação de informações, voltadas para as favelas do Rio de Janeiro. Posteriormente, a partir de 2015, passamos também a circular e levantar informações através do whatsapp, que foi revelando-se um dispositivo fundamental para a pesquisa e para fortalecer a rede dos atores locais.

Nesta linha de realizações, destacamos as seguintes ações:

- Reuniões regulares da **CAP (Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação)**, com pesquisadores da equipe e dois moradores ( uma educadora, moradora da região, que sofreu processo de remoção e um professor de ensino médio, a frente de ações de organização local em Vila Turismo). Os primeiros encontros foram feitos com o objetivo de definir os locais de visitas de campo, bem como os eixos temáticos para levantamento de dados. Em tais encontros, a CAP discute as informações e os dados levantadas em campo, a luz das referências utilizadas.
- Participação em alguns eventos locais e em redes de ação no território, de forma a estabelecer interlocução com lideranças locais, e divulgar a proposta da pesquisa e seus objetivos bem como reconhecer informantes chave.

- Oficinas de discussão aproximando-se de moradores do local, e promovendo um diálogo entre os mesmos, de forma a discussão crítica a respeito das mudanças no território.
- Assessoria aos moradores especialmente no que se refere aos processos movidos com apoio da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro, resultando em dois produtos: PAC Manguinhos: problemas não resolvidos, o que dizem os moradores (2016) e **Manguinhos Pós PAC: o agravamento das enchentes, relato de urgências**. 2018.

No que se refere à interlocução com outras pesquisas e outros territórios vulneráveis, buscou-se divulgar a proposta de nosso estudo, e ainda aproximar-se dos processos experimentados em localidades também atingidas por mudanças, bem como dialogar com os pesquisadores que vem as estudando. Aqui foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Articulação do projeto a outras pesquisas desenvolvidas pelo LTM (Laboratório Territorial de Manguinhos), nomeadamente o projeto “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC Manguinhos-RJ na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental”, apoiado pelo CNPq/Ministério das Cidades e coordenado pelo Dr. Marcelo Firpo (2013/14); e os projetos “Políticas públicas e Moradia: uma análise participativa do PAC Manguinhos-RJ na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental”(2014) , TEIAS/ENSP, e “Vigilância Popular em Saúde, Produção e Circulação Compartilhada de Conhecimento” (2016) ambos coordenados pela coordenadora desta pesquisa, Marize Bastos da Cunha Tal articulação foi fundamental a consecução da presente pesquisa pois viabilizou determinadas ações, como a elaboração e edição de material informativo, registro fotográfico.
- Participação no Seminário de Pesquisa do Departamento de Endemias Samuel Pessoa ( DENSP) da ENSP, do qual a coordenadora do projeto faz parte, com a apresentação de resultados parciais da pesquisa, notadamente o Relatório Fotográfico de Campo (agosto de 2013)
- Participação no Coletivo Vamos Desenrolar formado por pesquisadores que fazem investigações no Complexo do Alemão e ativistas locais, estabelecendo uma rede de troca sobre temas e conceitos fundamentais à análise dos

processos de mudança nas favelas do município do Rio de Janeiro (ao longo de todo o período); link para divulgação do evento final do Coletivo, em 2013 - <http://www.raizesemmovimento.org.br/seminario-producao-do-conhecimento/>

- Participação na página Territórios em Movimento na rede social – facebook, e no canal do You Tube, divulgando dados parciais da pesquisa, e circulando informações sobre o território (ao longo de todo o período).
- Participação em grupos coletivos no facebook voltados para discussão dos processos de mudança nas favelas do Rio de Janeiro. (ao longo de todo o período)
- Diálogo com jovens pesquisadores nacionais e internacionais, bem como mídia, de forma a divulgar o projeto, sua proposta e dados a respeito do território: destaca-se aqui encontros com estudantes noruegueses, interessados no estudo dos impactos das mudanças na cidade, no contexto dos grandes eventos esportivos, sobre as favelas, em particular as remoções; diálogo com jornalistas do Jornal do Brasil, e da Revista Caros Amigos, que realizou uma matéria especial a respeito dos grandes eventos e seus impactos sobre as áreas de pobreza do Rio, fazendo uma visita a Manguinhos, em companhia da equipe desta pesquisa.
- Viagem a Bogotá e Medellín na Colômbia (agosto de 2015): interlocução com pesquisadores e movimentos sociais, conhecendo regiões que passam por processos de desenraizamento, como ocorre em Manguinhos, e marcadas por problemas semelhantes aos existentes nas favelas do Rio Janeiro, notadamente a precariedade da infra estrutura urbana, a violência e a provisoriedade das políticas públicas.
- Viagem a João Pessoa, onde a coordenadora participou do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, na Universidade Federal da Paraíba (novembro de 2016), com o tema Encontros de Saberes e Construção de Processos Emancipatórios: o encontro favoreceu a divulgação desta e outras pesquisas a ela articuladas, através da nossa participação em debates e distribuição de material produzido; e contribuiu para a troca de conhecimentos e debate a respeito das iniciativas com base na pesquisa ação e voltadas para a produção compartilhada de conhecimento.
- Participação na I Jornada de Educação Popular e Saúde "Victor Vincent Valla", realizada na Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz ( novembro de 2014), reunindo docentes e pesquisadores dos Grupos "Educação, Saúde e

Cidadania" (ENSP), "Educação Popular, Saúde e Enfermagem" (Enfermagem/UERJ), "Práticas Sociais e Processos Educativos" (UFSCar), do Núcleo de Estudos em Fundamentos da Enfermagem da UFF, com a participação de João Arriscado Nunes, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

- Participação no XII Congresso da Abrasco no Rio de Janeiro, com participação da coordenadora no evento Pré Congresso Desafios da disseminação dos resultados das pesquisas de saúde pública no atual modelo de produtividade acadêmica brasileiro, organizado Isabela Soares Santos, Roberta Argento Goldstein, Luisa Regina Pessoa (Fiocruz) e Kenneth Rochel de Camargo Jr e Elaine Rabello (IMS/Uerj). E apresentação de trabalhos pelos membros da equipe, tendo a coordenadora do projeto como co autora:
  1. O crack em Manguinhos: olhares plurais sobre os processos de transformação no território por Viviani Cristina Costa
  2. PAC Manguinhos: problemas não resolvidos, o que dizem os moradores por Fátima Pivetta
  3. A produção audiovisual e as pesquisas participativas: constituindo um caminho de produção compartilhada do conhecimento, com apresentação do vídeo produzido em 2018: "Vozes importam: experiências e saberes sobre a saúde na favela" por Fabiana Melo Sousa
  4. Vigilância popular em saúde, dispositivo para produção do conhecimento e promoção emancipatória da saúde por Marize Bastos da Cunha
- Organização e participação da equipe do Seminário "Encontro de Saberes: Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde" - <https://eventos.fiocruz.br/evento/encontro-de-saberes-ecologias-epistemologias-e-promocao-emancipatoria-da-saude>

### 2.3. Levantamento de dados documentais

O levantamento dos dados documentais foi realizado de forma a buscar elementos que permitam examinar os processos de mudança no território de estudo e apoiar a compreensão da experiência de morar em Manguinhos, e seus impactos sobre a situação de saúde da população. Dentre tais atividades, destacamos as seguintes:

- Levantamento em meios digitais, buscando artigos acadêmicos, matérias da mídia, documentos públicos disponíveis na internet, a respeito de favelas do Rio de Janeiro e do território de Manguinhos. Destaque foi dado ao material disponível a respeito do

PAC –Manguinhos, pois tal programa tem sido fundamental na conformação de processos de mudança no território (janeiro a maio de 2013)

- Levantamento de documentos e materiais disponíveis no Laboratório Territorial de Manguinhos (Março/abril de 2013)
- Levantamento e sistematização do material áudio visual disponível no LTM decupagem e organização de entrevistas realizadas em 2008 nas comunidades de Manguinhos com ACS da região sobre as condições de saúde do lugar antes das obras do PAC (junho)
- Pesquisa áudio visual (fotografias, vídeos e músicas) construindo um acervo para subsidiar a elaboração de produtos áudio visuais do projeto.
- Levantamento nas redes sociais e na mídia digital a respeito dos problemas no território, enfocando os impactos das obras do PAC, problemas de saúde, e segurança.

#### 2.4. Pesquisa de campo

A pesquisa de campo iniciou-se no terceiro mês do projeto e ocorreu ao longo de todo o projeto, constituindo a base regular de nossa coleta de dados, e se operacionalizando através das seguintes atividades: visitas guiadas no território, registros de imagens em vídeo e fotografia no território, oficinas de discussão, entrevistas com lideranças e moradores, participação em eventos locais organizados por coletivos e organizações,

As visitas guiadas produziram *Relatório Fotográfico Preliminar de Pesquisa de Campo – Desenraízamentos, Resistências e Modos de Vida* – julho de 2013; *PAC, Relatório Fotográfico de Urgências* – fevereiro de 2014; e *PAC Manguinhos Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório*. 2016.. (Relatório produzido com o fim de subsidiar a Comissão de Moradores e a defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro)

As oficinas de discussão ocorreram também ao longo de todo o projeto, inicialmente enfocando questões mais gerais do território (2013) e nos últimos ano (2014-2016), relacionando as condições de vida no território com a situação de saúde dos moradores, buscando compreender melhor os processos de adoecimento e morte em Manguinhos. Em tais oficinas, utilizamos material de vídeo e fotografias, são gravadas em áudio e vídeo, de forma a gerar material para a produção de nossos vídeos, e cadernos de oficinas. Os arquivos de áudio de tais oficinas foram transcritas a fim de favorecer a sistematização dos depoimentos.

## 2.5. Circulação de Conhecimento através de diferentes canais

A metodologia da pesquisa tendo como base a construção compartilhada de conhecimento supõe a elaboração de produtos ao longo de todo o processo de trabalho. Por isso, o projeto, articulado aos demais desenvolvidos pelo LTM, buscou circular seus resultados ao longo de todo o período através de diferentes canais, acadêmicos e sociais. Além dos artigos publicados, já destacados acima, a equipe apresentou trabalhos em eventos acadêmicos, dentre os quais:

- **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH** (*Associação Nacional de Pós Graduação em História*), realizado em julho de 2013, em Natal: Cunha, M.B. “Aproximando-se da ‘fronteira’: uma reflexão sobre o campo do trabalho social nas favelas do município do Rio de Janeiro” publicado no Anais do Evento.
- **Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente** em Belo Horizonte, 2015:
  1. PIVETTA, F. ; **CUNHA, M. B.** ; PORTO, M. F. S. ; Zacan, L.F ; FREITAS, J. D. ; SOUSA, F. M. ; PINHEIRO, A. B. . Políticas Públicas: Uma Análise Participativa do PAC Favelas no Rio de Janeiro na Perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental. In: Segundo Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente: Desenvolvimento, Conflitos Territoriais e Saúde: Ciência e Movimentos Sociais para a Justiça Ambiental nas Políticas Públicas., 2014, Belo Horizonte. Segundo Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, , 2014.
  2. PORTO, M. F. S. ; PIVETTA, F. ; Zacan, L.F ; FREITAS, J. D. ; **CUNHA, M. B.** . Morar em Favela: Contribuições para as Discussões da Determinação Social da Saúde. In: Segundo Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente: Desenvolvimento, Conflitos Territoriais e Saúde: Ciência e Movimentos Sociais para a Justiça Ambiental nas Políticas Públicas., 2014, Belo Horizonte. Segundo Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente: Anais Eletrônico, 2014.
- **XII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas** -Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2015: **CUNHA, M. B.**; PINHEIRO, A. B. ; CALAZANS, R. ; FRANCISCO, M. S. ; PORTO, M. F. S. ; PIVETTA, F. ; Zacan, Lenira F ; FREITAS, J. D. ; SOUSA, F. M. . O desastre dos temporais: o evento como chave de acesso para compreender a complexidade das lutas em territórios vulneráveis.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- **XXII Conferência Internacional de Promoção da Saúde**, Curitiba, 2016:
  1. Comunicação Oral: Cunha, M.B et ali. *A Dialética dos Extremos nas Favelas e os desafios para a Promoção Emancipatória da Saúde*;

2. Comunicações alternativas: apresentação de dois vídeos resultantes do projeto *Territórios em Movimento: Trilhas da Rocinha, Trilhas de Manguinhos e Trilhas do Alemão; Tá Tudo Errado.*

Além disso, houve a elaboração das seguintes publicações voltadas para um público mais amplo, em particular organizações, coletivos e moradores de Manguinhos:

- PORTO, M. F. S. ; CUNHA, M. B. ; PIVETTA, F. ; SOUSA, F. M. ; PINHEIRO, A. B. ; REIS, C. F. . Territórios em Movimento Cadernos de Oficinas. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cadernos de Pesquisa).
- CUNHA, M. B.; PORTO, M. F. S. ; PIVETTA, F. ; FREITAS, J. D. ; Zacan, L.F ; SOUSA, F. M. ; Guimarães, G. ; SANTOS, A. F. ; REIS, C. F. . Territórios em Movimento Cadernos de Oficinas- Manguinhos. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cadernos de Pesquisa).
- PIVETTA, F. ; FREITAS, J. D. ; CUNHA, M. B. ; Zacan, L.F ; SOUSA, F. M. ; Guimarães, G. ; SANTOS, A. F. . Relatório Fotográfico de Urgências do PAC Manguinhos. 2014.
- PIVETTA, F. ; Zacan, L.F ; FREITAS, J. D. ; PORTO, M. F. S. ; Guimarães, G. ; CUNHA, M. B. ; SOUSA, F. M. ; PINHEIRO, A. B. . PAC MANGUINHOS 2007 A 2013: O QUE SABEMOS, QUE INFORMAÇÕES TEMOS?. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - BOLETIM INFORMATIVO).
- PIVETTA, F.; CUNHA, M.B.; CARDOSO, A.L.C (Org.). PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ/ENSP, 2016. 50 p. (Relatório produzido com o fim de subsidiar a Comissão de Moradores e a defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro)
- PIVETTA, F; CUNHA, M.B.; CARDOSO, A.L.C.PAC Manguinhos: problemas não resolvidos: o que dizem os moradores. Caderno de Oficinas do PAC Manguinhos / organizado por – Rio de Janeiro, RJ : FIOCRUZ/ENSP, 2016. 16 p.
- Manguinhos Pós PAC: o agravamento das enchentes, relato de urgências. 2018.

Destacamos o material áudio visual produzido disponibilizado no canal do You Tube (<https://www.youtube.com/channel/UCQZdcT-y3b2POYkARRQ1DWg>) e divulgado na página do projeto no Facebook, além de exibido em diversos eventos organizados pela equipe (oficinas de discussão, seminários e participação em eventos locais):

- Vozes Importam: experiências e saberes sobre a saúde na favela. 2018, disponível em <https://youtu.be/KpkaZlp-XHM>
- O Direito à Moradia: os imPACTos do PAC e os moradores em movimento. 2016, disponível em : <https://youtu.be/UjYtCiLUEpA>
- Trilhando Manguinhos, março de 2016. 2016.
- Tá Tudo Errado. 2015.
- Manguinhos: um território em mudança. 2014.
- Territórios em Movimento: Trilhas de Manguinhos. 2014.
- Oficina em Manguinhos: impactos do PAC sobre a saúde dos moradores. 2014.

Por fim destacamos, a participação em entrevistas junto a revistas e jornais:

- The Challenge of Mental Health in Rios Favelas. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
- A Crise pela Periferia. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). – Revista Caros Amigos
- Um Caldeirão Prestes a explodir. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). – Revista Caros Amigos
- Pesquisa alerta para impacto das remoções na saúde dos moradores. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista) – Jornal do Brasil

### **3. Análise dos resultados da pesquisa**

#### *3.1 Moradia e uma nova configuração nas favelas: o novo, sob a forma de maquiagem e o antigo, destruído*

No que se refere aos processos de mudança no território, em particular relacionados ao Programa de Aceleração de Crescimento, observamos que o PAC criou uma situação onde não há o novo e o antigo. Há o novo e o destruído (que seria o antigo), sendo que o novo é relatado em todos os três territórios como uma maquiagem. Certamente, a experiência histórica dos moradores diante dos programas públicos anteriores e do jogo eleitoral que sempre os acompanham é uma referência fundamental quando eles avaliam o programa, seja quando o chamam de maquiagem ou quando criticam os efeitos diferenciados em todo o conjunto de favelas, com algumas áreas sendo mais beneficiadas do que outras.

Em Manguinhos, o desencontro entre espaços PAC *versus* não PAC, ou o novo *versus* o destruído, é particularmente evidente, inclusive para quem passa pela principal via de Manguinhos, a rua Leopoldo Bulhões, e se arrisca a olhar com mais atenção, para então subir um viaduto em direção ao DSUP, a chamada área nova do território. Referindo-se a todo o complexo construído no DSUP, que, além do conjunto de apartamentos, conta com equipamentos importantes (como uma biblioteca, parque, uma escola de ensino médio, a clínica da família, a UPA), uma moradora destaca: “Este gigante elefante branco, poderia ser um elefantinho menorzinho, se for ali na beira da Leopoldo Bulhões, atende João Goulart, CHP 2, Mandela” (31/8/2013).

Mas, definitivamente, as intervenções que implicaram remoções foram aquelas que mais marcaram a configuração da favela, alterando sua paisagem e sendo experimentada enquanto um drama para os moradores. As grandes construções como a elevação da Via Férrea em Manguinhos causaram, e ainda vêm causando, impactos na vida dos moradores. As obras desalojaram várias famílias, mas, além disso, o impacto das máquinas e a remoção de habitações abalaram as estruturas de casas que não deviam e não foram removidas. Muitas famílias passaram então a viver sob risco, em casas com paredes fraturadas, tetos e chão cedendo. E a despeito do apelo à defesa civil, em muitos casos com laudos que condenam a habitação, nada foi resolvido.

A remoção, ou sua constante ameaça, faz parte da experiência histórica das favelas, muitas das quais resistiram a ela. No caso de Manguinhos, ela é parte integrante da história de moradores mais antigos, que já assistiram a muitas remoções, sendo parte do território formado a partir de remoções de outras partes da cidade, com a entrega de moradias provisórias que permaneceram no próprio nome de comunidades como o CHP — Centro de Habitação Provisória. Reflete a provisoriedade e a precariedade de políticas públicas, com promessas jamais cumpridas de entregas de moradias adequadas no futuro. Por outro lado, há moradores de Manguinhos vivendo hoje em várias localidades da cidade, e mesmo do estado, em função das diversas remoções que ocorreram.

Em Manguinhos, o impacto do PAC junto aos resultados da entrada das unidades de polícia pacificadora (UPP) trouxe mudanças na configuração espacial e social, criando áreas mais privilegiadas e tornando o aluguel e a compra inacessível para muitos moradores. Várias famílias removidas precisaram deixar a região e romper seus vínculos com o local, uma vez que não puderam comprar ou alugar uma moradia com

a indenização recebida. Por isso, uma moradora de Manguinhos declara: “A gente ainda encontra pessoas peregrinando atrás de casa, seja para aluguel, seja para comprar. Porque não tem mais. Os aluguéis subiram desesperadamente” (31/8/2013). Outro morador também de Manguinhos analisa, comparando a situação de Manguinhos ao que ocorreu na Rocinha: “É que você vai ter uma expulsão, de certa forma, uma expulsão de fato das pessoas que moram nas comunidades pela valorização deste espaço. E, como aconteceu na Rocinha e outros lugares, estrangeiros estão comprando as casas, morando na comunidade” (31/8/2013).

Foi possível concluir que com o PAC o novo que chega remove casas, pequenos negócios e antigos espaços de lazer. O novo desestrutura vias, estratégias de mobilidade e formas de sociabilidade que ajudavam a sobrevivência na favela. Segundo uma moradora de Manguinhos, “quando fala PAC e remoções parece que é coisa nova, mas não é” (31/8/2013). O que ficou evidente é que o novo vai destruindo e removendo, sem construir no lugar. O novo não resolve antigos problemas, e ainda cria outros.

### *3.2 Provisoriamente e incompletude no saneamento*

É importante destacar o papel do saneamento nos processos saúde-doença nas favelas, concorrendo para as doenças de veiculação hídrica e para sérios agravos da saúde pública, como a tuberculose. Rocinha e Manguinhos são duas das três áreas responsáveis pelos maiores índices da doença no município do Rio de Janeiro. A pesquisa ilustra a importância deste tema, tendo sido possível identificar questões, como falta de planejamento, baixa qualidade e também incompletude das obras nos três territórios. Com efeito, levantamos duas ordens de problemas de saneamento articulados às obras: aqueles que não foram alcançados pela intervenção e aqueles que foram produzidos pelas obras.

Em Manguinhos, identificamos os transtornos causados pelas obras do PAC no sistema de saneamento, em particular do Parque João Goulart e CHP2, onde encontramos várias ruas e becos com o esgoto correndo a céu aberto, causando impacto inclusive na mobilidade dos moradores e na situação de saúde do território. Algumas vezes, a passagem dos moradores só era possível porque eles colocavam pedras e pedaços de madeira sobre o esgoto. O nível do esgoto em alguns becos sobe pelo simples gesto de alguém abrir uma torneira ou dar descarga em casa, de forma que o esgoto entra por baixo das casas. Vários moradores relataram comprar

água para beber porque a visão cotidiana do esgoto a céu aberto em frente às suas casas tira a pouca confiança na qualidade da água da Cedae, apesar do custo do galão de água pesar no orçamento familiar.

O programa não resolveu nem o problema do saneamento e nem o da drenagem pluvial, considerado prioritário pelos moradores, uma vez que tem implicações diretas sobre as áreas mais baixas do território — CHP2, Parque João Goulart e Vila Turismo. As águas pluviais entram pela rede de esgoto entupindo e fazendo transbordar, muitas vezes rebentando a tubulação. Sem drenagem eficiente, os alagamentos e enchentes são bastante frequentes e intensos nessa parte de Manguinhos. Dessa forma o PAC não resolveu os principais problemas apontados tanto pelos moradores quanto no Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos (PDU), referência para projeto do PAC.

As dificuldades na manutenção do sistema de água e esgoto nas favelas é um dado histórico. O jogo de interesses econômicos e políticos se sobrepõem aos interesses e em prejuízo dos moradores. O fato é que, no âmbito desse jogo político e econômico, para muitos moradores as associações já não os representam, dada sua forte conexão com grupos políticos e econômicos envolvidos em lógicas de clientelismo político acentuadas principalmente em momentos eleitorais. Para outros, há a compreensão de que a não conclusão de obras, especialmente aquelas que envolvem grandes recursos, está associada ao poder das empreiteiras.

De forma geral, os moradores têm a experiência histórica de uma sucessão de programas que não deram respostas às principais demandas em relação ao saneamento e sabem que há algo errado na dinâmica que articula diferentes interesses, em particular dos governos e dos setores privados. Para alguns tantos, há a clareza de que as empreiteiras dominam o jogo político, com interesses econômicos, com o anúncio de promessas de mudanças sem que efetivamente a situação do saneamento nas favelas mude. Dessa forma, os moradores, referenciados nas suas histórias, vão se aproximando da perspectiva trazida por Eduardo Marques (2000) em seu estudo sobre as intrincadas redes sociais e as relações com o Estado brasileiro, considerando as políticas urbanas, em especial o saneamento no Rio de Janeiro, entre 1975 e 1996. Na rede de relações que liga o Estado às empresas privadas, a dinâmica se efetua de forma a beneficiar a rede, em prejuízo das comunidades, uma vez que os investimentos são descontinuados e as obras são de

baixa qualidade, com predominância de práticas de *dumping* e cartel. O autor explica que as empresas realizam as partes mais lucrativas dos sistemas e, em seguida, pedem todos os aditamentos possíveis aos contratos, e quando não é mais possível aditar, ameaçam romper o estabelecido, alegando desequilíbrio econômico-financeiro (Marques, 2000). Em parte, essa lógica explica por que a partir de 1994, a despeito dos vultosos investimentos, quase nenhuma favela teve seus sistemas concluídos, com péssima qualidade da maioria das obras físicas e seu caráter incompleto.

Considerando os dados obtidos pela pesquisa, ainda que o PAC tenha se desenvolvido sob uma configuração diferenciada, incluído instâncias diversas dos poderes federal, estadual e municipal, a lógica presente nas intervenções indicou resultados semelhantes ao exposto pela análise de Marques. Foram priorizadas as partes mais lucrativas do sistema, e já há indicações que as obras têm reduzida durabilidade e péssima qualidade, como, por exemplo, o estouro das tubulações de esgoto feitas pelo PAC na Embratel e no Parque João Goulart em Manginhos.

Para concluir este item, lembramos que saneamento e mobilidade são duas dimensões imbricadas no cotidiano dos moradores, inclusive da cidade formal, já que as ruas são também o espaço das infraestruturas urbanas, tais como esgotamento sanitário, águas fluviais, coleta de lixo e distribuição de eletricidade, entre outras. Para quem vive nas favelas, as melhorias nas grandes vias do entorno da favela e nos transportes perdem o impacto se não são acompanhadas de melhorias na mobilidade interna. E as melhorias na mobilidade interna se remetem de forma geral às condições do sistema de saneamento e pavimentação, e às particularidades do território no que se refere à circulação dos moradores, particularmente nos becos e vielas. Por isso, o saneamento é visto como um problema não resolvido, também como causa de dramas cotidianos, de dificuldades de circulação, e um dos maiores determinantes de problemas de saúde. É muito evidente nos depoimentos dos moradores que qualquer melhoria no território perde o efeito diante da continuidade do esgoto a céu aberto, do acúmulo de lixo, da irregularidade no abastecimento de água e da precariedade da rede de captação de águas pluviais.

### *3.3. As remoções em Manginhos: o desastre de viver no extremo da provisoriedade*

(...) a remoção, ela acontecia de um dia pra o outro, do tipo 'amanhã vai ter remoção' e já vinha um caminhão pra fazer a mudança, os ônibus pra levar as pessoas e o trator pra demolir a

casa. Então não dá pra avisar a diretora da escola que o filho vai faltar por um tempo, não dava pra avisar a patroa ou o patrão ou a empresa, não dava pra nada! Num dia você estava morando num lugar, no outro dia você estava sentando sua mudança em outro (Gleide Guimarães, moradora de Manguinhos).

Essa é a memória histórica, o fantasma das remoções que acompanha os moradores de Manguinhos desde suas chegadas ao lugar, sujeitando-os a uma eterna peregrinação e ao sentimento de provisoriedade e de transitoriedade. Com o PAC não foi diferente e atingiu muitas famílias, agravando muitas vezes problemas de saúde como a depressão, a hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outros.

Manguinhos surge como tantas outras favelas do Rio de Janeiro, sob o signo da segregação espacial dos indesejáveis ou descartáveis, cuja gênese tem uma palavra marcante em particular na sua formação: remoção. Situa-se no espaço geográfico compreendido entre a Av. Brasil, Linha Amarela, Av. Suburbana e Av. dos Democráticos, com uma população de cerca 36 mil habitantes. O “Complexo” de Manguinhos tal como existe hoje começa a surgir na década de 50, embora em 1904 a “vila operária” Parque Oswaldo Cruz tenha se formado para moradia dos funcionários da FIOCRUZ, a partir das políticas de urbanização das áreas nobres da cidade – zona sul e centro, que tinham como estratégia principal as remoções das famílias dos morros para os Centros de Habitação Provisórios, isto é, de fora para dentro de Manguinhos. Ao longo do tempo aconteceram também remoções de dentro para fora e de dentro para dentro de Manguinhos, em razão, principalmente, das inúmeras enchentes, mas também de incêndios, que detalhamos na página Manguinhos no Tempo, do portal do LTM, disponível em <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/15> (GUIMARÃES et al, 2006).

Quando se começou a falar de PAC em Manguinhos, sentimentos, incertezas e expectativas se misturaram, com pessoas apreensivas quanto ao que estava por acontecer. Incertezas pela falta de informações, provocando desestímulo e um eterno sentimento de provisoriedade, como bem expressa Gleide Guimarães: “Vai mudar, mas não dão certeza. Vai demorar, de repente muda de uma hora para a outra. No Natal é natural fazer reformas, melhorias, mas ninguém faz. Ninguém tem nenhum controle sobre as mudanças nos seus lugares de moradia, nas suas vidas”.

Esse sentimento de provisoriedade afeta o sentido de pertencimento dos moradores,

ambos gerados sob ameaças concretas desde os anos 1960 que perdura até os dias de hoje. Isto porque em tempo algum nenhum governo expôs aos moradores seus planejamentos para a região.

Houve mudança na forma, mas a essência permanece a mesma. O PAC trouxe de volta a inquietação, mas dessa vez disfarçada pelas formas de negociação (Compra Assistida, Indenização ou Aluguel Social), todas com valores defasados e prazos apertados, obrigando uma retirada desesperada do morador pressionado a aceitar qualquer negócio ou a escolha de viver em meio a escombros tendo por vizinhos ratos e demais vetores, sujeitando-se a falta d'água, rede de energia ainda mais precária e ao aumento da violência proporcionada pela escuridão e possibilidade de abrigo de usuários de drogas.

Para o morador de Manguinhos, a noção de pertencimento é forte, por ele ter sobrevivido aos anos de remoções, às muitas enchentes, a alguns incêndios, sem contar com a violência do tráfico e da polícia. Essa geração, que hoje chega aos 60, 70 e até 80 anos, sonhou com um Manguinhos melhor e viu no PAC uma oportunidade. Tirá-los de sua casa, de seu território, mesmo que seja como proposta de melhorar sua qualidade de vida, sem considerar seu envolvimento nas discussões, sem conhecer sua história e de seu território, significou violentá-los mais uma vez.

Como consequência de tudo isso, não nas estatísticas oficiais, mas como quem conta os prejuízos de guerra, contamos os nossos mortos ou os adoentados que foram derrotados por esse processo desumano, ou ainda os exilados territoriais, expulsos de seu chão indo para lugares cada vez mais afastados do grande centro, dando origem a outras comunidades que no futuro reproduzirão essas mesmas situações de desigualdades. (Gleide Guimarães)

Os resultados das remoções para os indivíduos, famílias e para a coletividade em Manguinhos são quase sempre invisíveis. E não podemos ainda dimensionar sua amplitude. Aqui nada expressa tão bem o desenraizamento, a provisoriedade e a invisibilidade quanto as remoções. A remoção desenraiza como nos diz uma moradora, “é como se tirasse a base, se tirasse o chão”. Uma base e um chão construído há muitas décadas e a muitas mãos. A remoção cria também, quase sempre, situações provisórias. Isso faz parte da história de Manguinhos, o nome do CHP (Centro de Habitação Provisória), de 1951, expressa bem o fato. O P de provisório acabou se tornando P de permanente. Com o PAC, a despeito da construção dos 1612 apartamentos já entregues, abrigando muitas famílias

removidas, a provisoriedade também se fez presente. Percorrendo a localidade, vimos casos de moradores que, com a indenização que receberam, buscaram saídas que acabaram sendo provisórias: acabaram indo morar em áreas precárias, sujeitas a riscos e mudanças que não chegam ao fim, já que Manguinhos se tornou um canteiro de obras inacabado. Estas situações, assim como os impactos sobre o cotidiano dos moradores e sua saúde, têm a marca da invisibilidade.

São invisíveis: a interrupção de serviços de infraestrutura urbana como forma de pressionar os moradores a saírem de suas casas; o transtorno de viver em um lugar cheio de destroços e entulhos não removidos, com sua paisagem sempre inacabada; o drama de ter sua casa abalada pelo impacto das obras, com verdadeiras fraturas nas paredes, teto e chão; os agravos na saúde ocasionados por esta situação.

O PAC repete o que Itamar Silva (2011) se refere como incompletude. As obras estão sendo concluídas e a paisagem de Manguinhos é de precariedade e provisoriedade. Ainda nas palavras de Gleide Guimarães:

Então parece que as coisas ficam sempre se refazendo em Manguinhos. Parece que é um passo à frente e outro para trás e não sai do lugar. Em contrapartida estamos vendo aqui moradores históricos, gente que nasceu aqui e a gente já tem notícias de gente que tá vindo para cá e nem sabia que isso existia no mapa. A gente tem notícias de gente que tá vindo da África, de outros países da América do Sul, até do Oriente Médio, vindo para cá. Então realmente, existem duas perguntas que pairam na cabeça da gente que é: o que vai ser de Manguinhos quando deixar de ser Manguinhos, e a gente tá vendo Manguinhos deixar de ser Manguinhos. João Goulart tá lá parecendo uma paisagem de guerra ou de terremoto. Aquela coisa que a gente não consegue entender (2014).

O PAC, com certeza, não contribuiu para Manguinhos deixar de ser uma zona de sacrifício, por não ter resolvido os problemas das enchentes, da drenagem pluvial e do saneamento básico. Esses problemas atingem principalmente as áreas mais baixas e mais sujeitas a alagamentos pelos rios Jacaré e Faria Timbó e o Canal do Cunha. O esgoto continua sendo jogado nos rios e canais. Solucionar os problemas de drenagem do terreno e de construção de elevatória que conduzisse o esgoto sanitário para uma estação de tratamento, além de reassentamento de parte das famílias que moram em áreas não edificantes, exigem alternativas de engenharia complexas, razões pelas quais sequer Manguinhos entrou no programa Favela-Bairro (FERNANDES & COSTA, 2009).

E a espiral dos desastres planejados continua na cidade, com a recorrência de ciclos de promessa-desconfiança-esperança que ressurgem a cada anúncio de políticas públicas e intervenções no lugar. Elas frequentemente desembocam em desespero, desencanto e impotência dos moradores de favelas diante do ver, do saber e dos seus limites de poder para transformar.

### *3. 4. Da invisibilidade dos problemas de saúde e das respostas sociais locais*

Como já afirmamos, em nossa pesquisa compreendemos a realidade das favelas da cidade a partir das categorias de desenraizamento, da provisoriedade e da invisibilidade, expressões de três processos histórico-sociais que marcam a estrutura e dinâmica de tais territórios (PORTO, et al, 2015; CUNHA et al, 2015), e que são fundamentais para decifrar as experiências de vida dos moradores, bem como suas respostas sociais e políticas.

Tendo em vista o tema de nossa reflexão, enfocamos aqui a categoria da invisibilidade, destacando que os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis. Há algumas décadas, o trabalho de muitos profissionais que atuam no serviços, em especial de saúde e educação, e muitos estudos e pesquisas, tem tornado estes aspectos visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no cotidiano nas favelas.

Esta pesquisa, bem outras realizadas por nossa equipe realizada em outros territórios de favelas atingidos por processos de mudanças trazidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), indicou problemas de saúde produzidos diretamente pela implementação do programa - caso da depressão decorrente das remoções forçadas- ou agravados pelas obras do PAC, como a hipertensão e diabetes, e doenças respiratórias. Problemas como os destacados abaixo por moradores de Manguinhos em nossas oficinas de discussão em 2013<sup>1</sup>:

Na medida em que eles vão tirando as pessoas...é um processo, demora cheque, demora isso, demora aquilo, aquelas pessoas vão ficando, aí contratam uma firma de demolição, e aí começam

---

<sup>1</sup>LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS. Caderno de Oficinas 4: Manguinhos. Rio de Janeiro, Nov 2014. 8 f.

a demolir as casas do lado, aí automaticamente estoura fio de telefone, estoura cano d'água. Eu passo no João Goulart, eu não acredito que as pessoas estão vivendo naquelas condições, muito rato, ainda tem água da enchente que aconteceu há coisa de seis meses passados, as pessoas vivendo dentro do canal.

É um processo de retirada, eu acredito que é um processo de forçação psicológica, vamos quebrar aqui, vamos quebrar ali, para forçar as pessoas a aceitarem a proposta deles. É uma coisa assim totalmente desumana.

Eu perdi dois vizinhos por sentimento, todos os dois entraram em depressão e vieram a morrer porque não queriam sair das casas.

O caso de Dona Geralda é revelador do conjunto de processos que atingem as famílias do território, se sobrepondo e concorrendo para produzir ou acentuar seus problemas de saúde. Esta moradora vive em uma das localidades mais atingidas pelas frequentes enchentes em Mangueiros, e pelos tiroteios entre o tráfico e policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). A mesma localidade foi alvo também de várias intervenções do PAC Favelas, sendo que a casa de Dona Geralda sofreu o impacto das obras realizadas, adquirindo infiltrações e rachaduras, que colocaram a habitação em risco e criaram uma situação de insegurança e mal estar na família, que convive cotidianamente com a umidade, agravada pelas constantes enchentes, e com o medo do desabamento. Uma consequência grave dessa situação vivida há mais de dois anos é sobre a sua saúde e de seus familiares: D. Geralda em muitos momentos nos fala sobre suas altas taxas de glicose e dos problemas respiratórios adquiridos por seu filho (PIVETTA, CUNHA, CARDOSO, 2016).

Estas e outras situações relatadas pelos moradores e documentadas em nossas pesquisas mostram que muitos agravos de saúde da população não vem sendo correlacionados ao drama cotidiano dos moradores atingidos pelo PAC, que determinadas causas de adoecimento e morte nestes territórios não são visíveis e não vem sendo dimensionadas nos sistemas de informação e nas práticas dos

profissionais da APS. Desta forma o SUS local e a APS deixam de cumprir uma função primordial de promoção da saúde nos territórios que atuam.

Constatamos então o desencontro entre a dinamicidade de territórios submetidos a processo de vulnerabilização, em especial aqueles que passam por mudanças associadas as grandes políticas ou projetos de urbanização, e a refração da APS a esta dinamicidade, considerando a sua estrutura e dinâmica organizacional. Tal desencontro tem especial impacto sobre o sistema de informação e a possibilidade de ter acesso às necessidades sociais, de forma que a elaboração destas necessidades seja um processo coletivo, com a participação da comunidade, segundo os princípios do SUS.

Contudo, na mesma pesquisa pudemos verificar também ações por parte de organizações locais, coletivos ou mesmo moradores que procuravam lutar contra o anonimato, bem como contra este desencontro e a falta de informações, e, sobretudo, contra a invisibilidade dos dramas cotidianos dos moradores. São iniciativas que procuram tornar visíveis as lutas e experiências locais. Além das estratégias usuais, de encontros, atos e manifestações, listas de e-mails, jornais informativos, sites na internet, redes sociais como o facebook e whatsapp têm sido os caminhos encontrados (CUNHA, PINHEIRO, CALAZANS, 2015).

Acompanhando tais processos, concluímos que um dos nossos papéis como pesquisadores e mediadores, é contribuir para tornar visível aquilo que vem sendo invisibilizado pelos processos de vulnerabilização e precarização que atingem os territórios e os serviços públicos, como de saúde e educação.

Este foi o sentido do Relatório “PAC Manguinhos: Problemas não resolvidos e Recomendações” (PIVETTA et al, 2016), cujo objetivo foi documentar e sistematizar os problemas que moradores de algumas localidades de Manguinhos vêm enfrentando em seus lugares de moradia, de forma a subsidiar suas demandas junto a Defensoria Pública e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A experiência originou-se a partir do movimento de um grupo de moradores, iniciado junto ao Conselho Gestor Intersectorial (CGI) do Teias Manguinhos, tendo sido apoiado por pesquisadores do LTM, do Projeto Arquitetando Intersubjetividades da UNISUAM e do Laboratório Socioambiental Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UERJ (LSECAU), constituindo assim um grupo de trabalho para levantamento da situação atual do PAC Manguinhos.

Esta experiência teve como base, portanto, a construção compartilhada de

conhecimento, recorrendo a oficinas de discussão com a participação de moradores, pesquisadores e técnicos, incluindo profissionais da Defensoria Pública, sendo complementado pelo trabalho de campo e o levantamento documental, produzido a partir do conhecimento acumulado tanto de pesquisadores como de moradores e coletivos de Manguinhos.

Deu origem também a uma publicação de divulgação mais ampla “Cadernos de Oficinas, PAC Manguinhos, Problemas não resolvidos: o que dizem os moradores”, onde procuramos dar visibilidade às situações de precariedade e as violações de direitos, expressas nas falas e depoimentos dos moradores, e nas imagens coletadas pelo grupo de pesquisa. A publicação fez uso de um mapa, que torna visível as principais dimensões dos problemas que fazem o morar em Manguinhos um desafio cotidiano para as famílias que vivem nas casas em risco, com a piora das enchentes, com o esgoto a céu aberto e a contaminação das águas, com os atropelamentos nas vias, entre tantos outros problemas (PIVETTA, CUNHA, CARDOSO, 2016).

Defrontar-se com os dramas ocultos vividos pelos moradores de Manguinhos, e ao mesmo tempo acompanhar as várias iniciativas por parte de organizações e coletivos locais, no sentido de visibilizar seus problemas e lutas, nos alertou para a necessidade de contribuir para a configuração de uma rede de vigilância popular capaz de identificar, monitorar e visibilizar os problemas do território, produzindo informação sobre a localidade, tendo em vista a experiência e conhecimento produzido pelos moradores e suas organizações coletivas, sempre na perspectiva de apoiar as ações da APS.

### *3. 5. Da experiência e do conhecimento popular na engrenagem da produção da informação em saúde*

Nossas pesquisas vem se desenvolvendo a partir do pressuposto de que para avançar numa perspectiva de produção compartilhada, e compreender a dinâmica do território, é necessário constituir uma visão compreensiva das localidades, onde possamos ter acesso aos diferentes pontos de vista dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, conformando aquilo que Bourdieu denomina “espaço de ponto de vista” (1997, p.11).

Trata-se aqui de ampliar os referenciais explicativos dos processos em curso em territórios vulneráveis, lançando um olhar compreensivo sobre a realidade, agregando

o espaço de ponto de vista daqueles que vivenciam tais transformações e incorporando suas diferenças de visões de mundo.

Ao considerarmos a experiência dos moradores levamos em conta que esta experiência é mediada por formas culturais, religiosas, e pelo que Thompson (1981, p.189) denomina consciência afetiva e moral.

As pessoas não experimentam sua própria experiência como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral"

Incorporando o referencial teórico de Thompson (1981; 1987), é possível afirmar que a experiência dos moradores, ainda que inscrita em processos macroestruturais do mundo social é vivida por estes sujeitos, que tratam desta experiência em sua consciência de maneiras diferenciadas, de acordo com sua cultura, sua visão de mundo e sua historicidade. Desta forma, apesar de inseridos em determinadas condições de vida, que traduzem uma crescente vulnerabilidade socioambiental e conformam seu campo de ação, os moradores não respondem reativamente a elas, mas atravessados por sua experiência, que implica numa determinada forma de apropriação da realidade e nas possibilidades de ação sobre ela (CUNHA, 2005). É a partir desta experiência também que os moradores produzem um conhecimento que alimenta as respostas a seus problemas, bem como suas iniciativas coletivas. Conhecimento sem o qual, não é possível avançar na solução de situações limites vividas pelos moradores e profissionais de saúde, ou compreender os inéditos viáveis (FREIRE, 2001 p. 94) que se colocam no cotidiano destes agentes sociais. Conhecimento sem o qual, como destaca Valla(1996,p.187) não é possível “completar uma equação capenga” que não inclui o conhecimento popular.

A experiência indica, portanto, um movimento pendular e dialético entre, de um lado,

a singularidade do indivíduo, a comunidade e seu lugar, e de outro os determinantes e condicionantes que marcam o território e suas populações, incluindo a classe social e outros elementos que nos ajudam a compreender as diversas formas de opressão e lutas emancipatórias. É um movimento que nos permite ampliar o olhar sobre as situações limites e os inéditos viáveis que identificamos no território, e contribui para que pesquisadores, profissionais, pessoas e organizações atuantes na comunidade possam articular dimensões tangíveis e intangíveis relativas aos processos de vida, adoecimento e morte. (PORTO et al, 2016)

Os determinantes sociais tangíveis, que se referem aos indicadores econômicos, sociais, ambientais e epidemiológicos e que dão base ao sistema de informação que alimenta a APS, são insuficientes quando se trata de compreender as formas de adoecimento e morte da população. Daí a necessidade de considerarmos os determinantes intangíveis expressos nos depoimentos e narrativas das experiências dos moradores que são a matéria prima para temas sensíveis como sofrimentos, tristezas, angústias, autoestima, impotências, desencantos, esperanças-desesperanças, alternativas de sobrevivência e luta, entre outros, cujos impactos sobre a saúde vêm sendo discutido por meio da concepção de sofrimento difuso (VALLA, 1999; SAVI,2005).

A fim de ter acesso aos diferentes espaços de ponto vista, as experiências e conhecimentos produzidos pelos agentes sociais, e suas narrativas, em nossas pesquisas adotamos uma modalidade de pesquisa ação que permite levantar e circular conhecimentos e experiências a respeito da situação de saúde e dos problemas locais mas também debate-los em grupos operativos, onde pesquisadores e atores envolvidos atuem de modo cooperativo ou participativo, tendo em vista a configuração de uma rede. Além de estratégias como participação frequente em eventos locais e visitas regulares as localidades, recorreremos a grupos operativos que se dão sob a forma de oficinas de discussão, grupos de estudos, encontros com parceiros, seminários envolvendo diferentes agentes sociais e ainda, a Comunidade de Pesquisa Ação (CAP), estratégia particularmente adequada às investigações que envolvem situações problema, como foi o caso da mencionada avaliação do PAC e seus impactos sobre as moradias.

A CAP se propõe a ser um espaço de mediação, lugar de fronteira, de encontro do saber formal da ciência, da pesquisa, com o comum e popular, da experiência dos que vivem e trabalham nos territórios. São também espaços de proposição de alternativas

que buscam minimizar ou interromper os efeitos dos processos de vulnerabilização em curso, expressos por categorias como provisoriedade, desenraizamento e invisibilidade que, como já dito, marcam tais territórios (CUNHA et al, 2015).

O trabalho de uma CAP implica em criar as condições para um processo de tradução entre saberes capaz de fornecer inteligibilidade e confiança entre diferentes linguagens e perspectivas, possibilitando ampliar aos diferentes grupos sociais sua capacidade de compreender, interferir e transformar solidariamente uma dada realidade desfavorável. Neste sentido, são múltiplas as linguagens e materiais produzidos nessa direção: além de textos, livros e cadernos-folhetos, recursos audiovisuais como documentários, jogos interativos, literatura de cordel e um portal na internet, dentre outros. Tais materiais buscam romper com o silêncio e a invisibilização das vozes do lugar por meio de propostas de produção, circulação e apropriação de ciclos de comunicação virtuosos (ARAÚJO, 2006; ARAÚJO & CARDOSO, 2007; ZANCAN et al, 2014). Tais ciclos, ao se realizarem, podem servir de espaços potenciais para a autonomia e emancipação das pessoas e comunidades nos territórios vulnerabilizados.

A noção de experiência e sua visibilização através de dispositivos de linguagem e comunicação que traduzam os modos de vida e o que vem ocorrendo nestes territórios constitui-se, portanto, uma mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social de saúde-doença, bem como da formulação de políticas públicas, em particular, naquelas que se referem ao enfrentamento da situação de saúde em territórios vulneráveis. Isso porque é fundamental como elemento mediador na produção de um conhecimento que conceba a pesquisa e a ação em saúde, numa perspectiva dialógica, e promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção (PORTO et al, 2016).

### *3. 6. A participação e sua ressignificação*

Nos últimos anos, desenvolvendo pesquisas junto ao território Teias Escola Manguinhos, acompanhamos iniciativas de gestão participativa, como a implementação do Conselho Gestor Intersectorial (CGI), que conta com a participação de moradores, profissionais e gestores dos serviços de saúde, bem como representação dos setores da educação e da assistência social do território.

O CGI tem sido um fórum de amplas discussões, tanto no que se refere à assistência e promoção em saúde, em particular na APS, quanto no que diz respeito aos determinantes sociais da saúde e às experiências de vida dos moradores de Manguinhos. Seguindo as reuniões ordinárias do Conselho podemos ter acesso ao que denominamos os diferentes espaços de ponto de vista, frequentemente colocados em confronto. Defrontamo-nos ainda com os determinantes intangíveis, anteriormente mencionados, através das narrativas de moradores, que possuem representação no Conselho ou que participam regularmente. Tais narrativas expressam as situações limites vividas por moradores ou famílias de Manguinhos, em particular no que se refere à violência e à saúde mental. Elas trazem o conhecimento produzido por moradores, que atuam nas redes de suporte social do território, e que, frequentemente, colocam em questão e problematizam as respostas que a APS vem dando a problemas, tais como a tuberculose, quando ela vem associada às condições de moradia vulnerabilizadas pelas obras do PAC, ou ao uso de drogas, em particular o crack.

Um caso exemplar a respeito da participação dos moradores, trazendo sua experiência e conhecimento, foi o debate em torno de problemas de saúde mental, que deu base a um processo de luta que culminou em dezembro de 2016, com a inauguração de um Centro de Atenção Psicossocial (CAP), no território que sofreu com os impactos do PAC Favelas e das ações da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), instalada em Manguinhos em 2013. A construção do CAPS Magal foi fruto de uma luta do coletivo de moradores e moradoras de Manguinhos, em aliança com profissionais de saúde, e protagonizada pelos conselheiros e conselheiras do CGI. O nome Magal, dado à unidade, expressa a participação ativa dos moradores neste processo, pois foram eles que deram o nome ao CAP, homenageando desta forma Carlos Augusto da Silva Magal, falecido morador da região, cuja história foi diversas vezes narrada em reuniões do CGI. Magal, que tinha o cantor Sidney Magal como ídolo, conquistou o afeto da comunidade mas foi alvo da intolerância e estigma, sofrendo uma ação violenta que retirou-lhe a vida.

A homenagem ao morador expressa ainda uma questão que vem sendo particularmente levantada pelos coletivos de Manguinhos: a sensibilidade com a dor do outro e a necessidade de fortalecimento das redes de suporte social. Como disse Leonardo Boff (1999, p.33) :

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.

Além do CGI, é notável o avanço de coletivos locais que atuam visibilizando os problemas e as experiências dos moradores de Manguinhos, como o Jornal Fala Manguinhos, o Grupo Mulheres de Atitude, o coletivo de Mães de Manguinhos (constituído por mulheres que perderam seus filhos ou parentes em situação de violência), o Fórum Social de Manguinhos e o Fórum de Juventudes, este último com atuação em diversas favelas da cidade e responsável pela criação do “Nós por Nós”, um aplicativo que tem sido um importante aliado na denúncia e publicização das situações de violência e abuso policial, que atingem especialmente os jovens.<sup>2</sup> Todos estes coletivos, bem como iniciativas informais atuam através das redes sociais, circulando informações especialmente através do facebook, you tube e dos grupos de whatsapp. Tais dispositivos são fundamentais não apenas na visibilidade dos problemas do território e do ponto de vista de seus moradores mas vem constituindo-se em uma importante engrenagem no avanço das redes de suporte social. Em uma conjuntura de crescente vulnerabilização da população, muitas vezes estas iniciativas são as únicas soluções para muitos problemas. Mas, mais do que isso, elas nos dão pistas para pensar a situação de saúde, como destacou Valla (1999,p.12) a respeito do apoio social:

Se, de um lado, o apoio social oferece a possibilidade de realizar a prevenção através da solidariedade e apoio mútuo, de outro, oferece também uma discussão para os grupos sociais sobre o controle e do seu próprio destino e autonomia das pessoas perante a hegemonia médica , através da “nova” concepção do homem como uma unidade.

---

<sup>2</sup>A respeito do Nós por Nós, ver <http://rioonwatch.org.br/?p=18868>, acesso em 18 de janeiro de 2017; <http://racismoambiental.net.br/2016/03/25/forum-de-juventudes-lanca-o-aplicativo-nos-por-nos-para-denunciar-violencia-policial/>

Sendo assim, o significado de tais experiências coletivas de participação comunitária não está apenas em sua possibilidade de responder de forma urgente aos problemas e ir constituindo-se em uma engrenagem de suporte social em tempos de crise. Situa-se também em sua possibilidade de traduzir práticas e conhecimentos que contribuem para a saúde da população, e que podem ser incorporados pelos profissionais de saúde e educação.

Contudo, apesar do avanço de iniciativas como as apresentadas acima, o diálogo e os mecanismos de mediação entre moradores e suas necessidades e os serviços encontram-se bastante verticalizados e burocratizados, a despeito dos esforços dos profissionais que lidam diretamente com a população. Como já afirmamos aqui, nossas pesquisas tem se defrontado com o desencontro entre a dinamicidade dos territórios de favelas e a refração da Atenção Primária de Saúde a esta dinamicidade. Consideramos mesmo que este é um dos maiores desafios atuais da APS: conceber um sistema de informação que se aproxime dos modos de vida, de adoecimento e morte da população.

Considerando a estrutura e dinâmica da APS, destacamos dois constrangimentos que concorrem para que esta não incorpore a complexidade do território e sua dinamicidade. Um deles reside no fato de que o saber e as experiências de vida de moradores não são, ou são pouco incorporados, predominando uma visão técnica e referenciada no paradigma da medicina ocidental clássica, onde os problemas são definidos e configurados sem considerar as necessidades sociais (tais como elaboradas pelos usuários), e sob uma perspectiva do processo saúde doença que não dá relevância aos determinantes sociais, às políticas públicas, às condições e aos modos de vida das pessoas, bem como suas redes de sociabilidade e sua cultura. Outro refere-se aos processos de trabalho, que não possibilitam a execução dos fundamentos e diretrizes da APS, que permitiriam a incorporação desse conhecimento (PAPINUTTO, 2011). A proposta da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) pode ser considerada bastante clara e avançada ao incluir um conjunto de ações de saúde que abrange a promoção da saúde, considerar a autonomia das pessoas e coletivos, e prever suas práticas do cuidado e de gestão como democráticas e participativas, incorporando a necessidade de se considerar a dinamicidade existente no território. Contudo, os modelos de atenção em funcionamento, atualmente, não conseguem superar a lógica centralizadora, hierárquica, verticalizada e produtivista que sobrecarregam os profissionais de saúde, os colocam cotidianamente em conflito entre eles e com os usuários. Os processos de educação permanente, também previsto na PNAB, como “constitutiva, portanto, da qualificação das práticas de cuidado, gestão e participação popular” (Brasil, 2012, p. 38), são dificultados por processos de trabalho, que se afastam cada vez mais daquilo que é proposto

pela PNAB, desumanizando o cotidiano dos profissionais de saúde, uma vez que os esvaziam de sua possibilidade de diálogo e formação crítica, de modo a responder coletivamente aos desafios que atingem as unidades de saúde e sua relação mais orgânica com a vida nos territórios onde se inserem.

O distanciamento entre o que é normatizado pelo Ministério da Saúde e o que ocorre no cotidiano das equipes de saúde da família em territórios vulneráveis como as favelas se deve, sobretudo, ao fato das equipes serem avaliadas e cobradas em cima de indicadores quantitativos de cobertura de assistência a programas direcionados a doenças e a grupos prioritários (PAPINUTTO, 2011). A realização de um “diagnóstico situacional amplo demanda práticas que não podem ser ‘aprisionadas’ nesses indicadores”(PAPINUTTO, 2011, p.196).

Para reverter tal cenário, é necessário valorizar práticas engajadas e críticas dos profissionais em sua vinculação com o território, o cotidiano da vida dos moradores e as discussões sobre os determinantes sociais da saúde, incluindo políticas públicas intersetoriais fundamentais para enfrentar questões como a moradia, o saneamento, a mobilidade e a qualidade das políticas públicas relacionadas e esses e outros temas relevantes. Trata-se, portanto, de conectar as discussões e práticas sobre a APS a temáticas e propostas da educação popular, participação popular e vigilância popular de base local e territorial (TEIXEIRA, 2002; BARCELLOS et al. 2002; MONKEN, 2008; MACHADO et al. 2011; ALVES2013; PORTO, ROCHA e FINAMORE, 2014).

Considerando a perspectiva de um diagnóstico situacional amplo e, sobretudo, que responda às dinâmicas dos modos de vida e das respostas sociais desenvolvidas nos territórios, é necessário “contribuir para refazer a lógica e o processo de informação, impregnando-os de vida real, de conteúdos e processos que expressem a necessidade democraticamente definida (...)” (BREILH, 2000, p. 103). Impõe-se pois, a perspectiva de operar um deslocamento da vigilância convencional ao monitoramento participativo e à vigilância popular de base territorial, que concorra para um paradigma renovado de gestão em saúde, e permita o olhar permanente da coletividade organizada sobre os processos dos quais dependem seu bem estar, seu funcionamento democrático e a reprodução de suas conquistas materiais, culturais e humanas (BREILH, 2003).

Uma experiência de monitoramento participativo deu-se através da Ouvidoria Coletiva na região da Leopoldina, município do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada conjugou elementos da ouvidoria com pesquisa qualitativa, promovendo uma busca

de informações aprofundadas sobre as condições de vida das comunidades, incorporando o olhar de atores sociais que não somente vivenciam essa situação, mas também se constituem em porta-vozes dos grupos que representam. A ouvidoria coletiva procurou ampliar a visão tradicional de vigilância em saúde e organizar um sistema de vigilância capaz de identificar os problemas de saúde da população e os recursos utilizados na tentativa de superá-los, através de encontros sistemáticos de profissionais de saúde, líderes comunitárias e religiosos. (GUIMARÃES et al, 2011).

Outras experiências importantes de vigilância popular e de monitoramento participativo, na perspectiva apontada por Breilh, vem se dando desde os anos 1980 no Brasil na construção das áreas de saúde dos trabalhadores e de saúde e ambiente (MACHADO et al., 2011), com importantes articulações com a geografia crítica e da saúde através da incorporação da categoria território (BARCELLOS et al AL. 2002; MONKEN et al., 2008). Trata-se também de uma reatualização de um debate iniciado, porém não desenvolvido no Brasil, das bases de uma vigilância da saúde (TEIXEIRA, PAIM,VILLASBÔAS, 1998), com tentativas de avanços recentes pautadas em experiências isoladas de uma vigilância da saúde de base local territorial dentro de um enfoque socioambiental crítico (PORTO ET AL. 2014).

Dando continuidade às ações que vem desenvolvidas pelo LTM, tendo como base a construção compartilhada de conhecimento, e em diálogo com experiências anteriores, como da Ouvidoria Coletiva e avanços na direção de uma vigilância popular nas áreas de saúde do trabalhador e saúde e ambiente, bem como atualizações do debate sobre vigilância da saúde, viemos destacando a necessidade de responder ao referido desencontro, configurando uma fórum de vigilância popular em saúde em Manguinhos, onde a experiência e o conhecimento daqueles que vivem e trabalham no território sejam valorizados, e a participação popular seja afirmada como princípio de construção de conhecimento e de mudança no modelo de gestão. Sob esta perspectiva, a participação é ressignificada, sendo concebida para além dos mecanismos representativos formais e inspirada pela multiplicidade de práticas e conhecimentos produzidos pelos moradores e coletivos locais. |

Foi este o sentido do projeto “Vigilância Popular em Saúde, Produção e Circulação Compartilhada de Conhecimento” desenvolvido ao longo de 2016. Com ele, buscamos sobretudo recuperar a potencialidade do princípio da participação, de forma a responder aos impasses vividos pela APS, no que se refere a sua capacidade de produzir e circular informações e produzir conhecimentos. Avaliamos que esta é a

saída possível para construção de um modelo de conhecimento científico em saúde, onde a complexidade do território seja apreendida considerando: o potencial de uma promoção emancipatória da saúde através da real incorporação da determinação social da saúde e das políticas públicas que influenciam as condições de vida das populações; as experiências e modos de vida dos moradores, suas estratégias para responder aos problemas de saúde; a dinamicidade dos processos de mudança que trazem novos desafios a situação de saúde, quase sempre invisíveis à dinâmica centralizadora dos serviços; e o diálogo dos diferentes espaços de ponto de vista dos agentes sociais envolvidos na promoção da saúde. E ainda, acreditamos, a saída para avançar em um modelo de gestão, onde a saúde se amplie como direito, garantindo a expansão do acesso, em consonância com as reais necessidades da população.

#### **4. Possíveis agendas para a pesquisa ação decorrentes dos resultados do projeto.**

Ao nos aproximarmos de Bourdieu e Thompson, de um lado, e de outro a expansão do nosso trabalho para a Rocinha e Alemão, tudo aquilo que estava nas “coisas” que os moradores falavam e falam foram tomando forma em nossas reflexões levando-nos à perguntar: Como o lugar-favela se inscreve nos corpos das pessoas e define os modos de viver, adoecer e morrer?

Pensamos que os sistemas de vigilância de saúde local, estratégias de promoção da saúde, enfim todos os espaços do SUS precisam de espaços de escuta, espaços de visibilização. Espaços esses que para serem viabilizados precisamos enfrentar algumas cegueiras: a cegueira do pensamento científico hegemônico criando espaços de produção de conhecimento e de valorização do conhecimento local; os limites do setor saúde no enfrentamento das desigualdades e iniquidades e a urgência de políticas inter e transeitoriais; entender a saúde como processo de escuta e mobilização pelos direitos fundamentais e como um dos processos estruturantes das transformações e disputas nos territórios.

Apesar do PAC ter tido uma formulação mais avançada com relação às políticas públicas anteriores, estabelecendo em suas premissas a necessidade da intersetorialidade e da participação, não logrou superar os antigos vícios na sua implementação nos níveis locais.

Para Manguinhos, uma agenda em aberto e central na experiência dos moradores diz respeito às remoções e ao acompanhamento de casos específicos de moradores e famílias atingidas e assim aprofundar o complexo fenômeno das remoções e seus impactos sobre a vida das pessoas, em especial nos processos de produção social da saúde e da doença. São exemplos dessas situações:

- Remoção para um local muito distante associada ao assédio moral dos gestores para aceitar morar longe ou “perder o lugar na fila”, assim como aos valores e motivações que fizeram com que mesmo tendo consciência de seus direitos aceitasse essa imposição;
- O valor irrisório de aluguel social, associado ao elevado custo de moradia, provocado pela especulação imobiliária produzida pelo PAC, cria uma situação ainda mais precária do que a experimentada anteriormente, já que leva a família a morar em uma casa apertada e longe da escola dos filhos;
- Adoecimentos e mortes provocadas pelas remoções, acentuadas pela precária e insuficiente dinâmica do trabalho social na abordagem dos moradores, os quais teriam suas casas removidas;
- A experiência de viver entre escombros deixados pelo PAC ou em moradias sob risco, e na linha de tiro;
- Experiências de famílias que contavam com uma estrutura de moradia, vizinhança e apoio, e que foram separadas em função das remoções; em alguns casos a situação assume contornos dramáticos, como uma família, portadora de uma doença hereditária que provoca cegueira, dependendo portanto de uma inter-relação e um suporte familiar que foi rompido com a remoção.

Uma questão central para os moradores, que confirmam que o PAC, associado às UPPs, expressa um modelo de política pública de *expansão da cidadania por meio de forte componente coercitivo, expressão da principal relação entre Estado e população favelada*, (FLEURY, 2012:196).

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, I. Materiais Educativos e Produção de Sentidos Sociais na Intervenção Social. In: Monteiro, S & Vargas, E. [org.] *Educação, Comunicação e Tecnologia: interfaces com o campo da saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006:49-69.

ARAÚJO, I.S.; CARDOSO, J.M. 2007. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 152 p.

BARCELLOS ET AL. Organização espacial, saúde e qualidade de vida: análise espacial e uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. *Informe epidemiológico do SUS*, 11(3), 129-138.

BOFF, L. Saber Cuidar: Ética do Humano – compaixão pela terra, Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSI. Eclea. O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_ Lembranças de Velhos. 2ªed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, R. M. . A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. Vol. 8, n. N.Especial, p. 22-45, 2003

OLIVEIRA, R. M. ; VALLA, V. V. . As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ) JCR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-88, 2001.

OLIVEIRA, R. M. . A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde.. *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ) JCR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 69-77, 1998.

OLIVEIRA, R. M. . Construindo o conhecimento sobre saneamento básico nas favelas através das falas e informações da população. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, Campinas-SP, v. 38, 1996.

BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BREILH, J. De la vigilancia convencional al monitoreo participativo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), 937-951.

BRITO, J. & ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Trabalho, Educação e Saúde*, v.1, n.2, p. 63-89, 2003.

BULLARD, R.,.Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality. Westview Press: 1994.

CUNHA, M.B. ET AL. Vigilância Popular em Saúde: contribuições para repensar a participação no SUS. In: Bruno Oliveira de Botelho; Eymard Mourão Vasconcelos, Daniela Gomes de Brito Carneiro; Ernande Valentin do Prado; Pedro José Santos Carneiro Cruz. (Org.). **Educação Popular no Sistema Único de Saúde**. 1ed.São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2018, p. 95-126.

CUNHA, M. B.. Na intimidade da oficina de pesquisa em educação popular narrativas sobre um diálogo com Pierre Bourdieu. In: Regina Maria Marteleto; Ricardo Medeiros Pimenta. (Org.). **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 259-282.

CUNHA, M.B. ET AL. O desastre cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão* 2015; 18(33):39-58.

CUNHA, MB; PINHEIRO, AB; CALAZANS, R. Vou te exigir o meu lugar, se não me der, eu vou tomar: o desastre do temporal no Alemão e o movimento Juntos pelo Complexo do Alemão. *Libertas* (UFJF. Online), v. 15, p. 1-29, 2015.

CUNHA, Marize Bastos da and FRIGOTTO, Gaudêncio. O trabalho em espiral: uma análise do processo de trabalho dos educadores em saúde nas favelas do Rio de Janeiro. *Interface* (Botucatu) [online]. 2010, vol.14, n.35 [cited 2011-12-09], pp. 811-823 .

CUNHA, M.B. Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/MarizeCunha.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_ Mortos, Adubos, Esperas e Sonhos: histórias das favelas do Rio de Janeiro e as batalhas dos Condutores de Memória. In: Patricia Gouveia; Bruno Simões Coelho; Karla Maria Damiano Teixeira. (Org.). *Uma Favela Cordial: imagens, discursos e experiências em comunidades*. 1 ed. Viçosa: ED. UFV, 2007, v.

\_\_\_\_\_ Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2005.

DOMINGUEZ, M.T. Práticas Locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG,RJ., dissertação- Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

FERNANDES, Tânia Maria & COSTA, Renato Gama-Rosa. Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, J.D. Dos espaços estruturais de Boaventura de Souza Santos às necessidades humanas de Max-Neef. 2010. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente, Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ/RJ.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência Pós-Normal e Comunidades Ampliadas de Pares Face aos Desafios Ambientais. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, IV(2): 219-230 Jul.-Out. 1997.

GUIMARÃES, et al. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da ouvidoria coletiva na região da Leopoldina, rio de janeiro (RJ, Brasil). *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v.16, p. 291-300, 2011.

LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS. Caderno de Oficinas 4:

Manguinhos. Rio de Janeiro, Nov 2014. 8 f. Disponível em

[https://www.academia.edu/10342788/Territ%C3%B3rios\\_em\\_Movimento\\_Caderno\\_de\\_Oficinas\\_-\\_Manguinhos\\_-\\_novembro\\_de\\_2014](https://www.academia.edu/10342788/Territ%C3%B3rios_em_Movimento_Caderno_de_Oficinas_-_Manguinhos_-_novembro_de_2014). Acesso em 10 de Jan. 2017.

MACHADO ET AL. Vigilância em saúde ambiental e do trabalhador: reflexões e perspectivas. *Caderno de Saúde Coletiva*, 2011, Rio de Janeiro, 19 (4): 399-406

MONKEN ET AL. "O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente." In: Miranda, A.C.; Barcellos, C.; Moreira J.C., Monken M (Org.). *Território, Ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz (2008): 23-41.

MORI, M.E.; SILVA, F.H.; BECK, F.L. Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) como dispositivo de cogestão: uma aposta no plano coletivo. *Interface* (Botucatu) [online]. 2009, vol.13, suppl.1 [cited 2012-03-08], pp. 719-727.

OLIVEIRA, R. M. . A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. Vol. 8, n. N.Especial, p. 22-45, 2003

OLIVEIRA, R. M. ; VALLA, V. V. . As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ) JCR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-88, 2001.

OLIVEIRA, R. M. . A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde.. *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ) JCR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 69-77, 1998.

OLIVEIRA, R. M. . Construindo o conhecimento sobre saneamento básico nas favelas através das falas e informações da população. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, Campinas-SP, v. 38, 1996.

PAPINUTTO, A. S. T. “O território na construção do conhecimento local na Estratégia de Saúde da Família: o caso do município de Petrópolis /RJ”. Dissertação (mestrado) em Saúde Pública. ENSP/FIOCRUZ. 2011.

PIVETTA, F. ; CUNHA, M. B. ; PORTO, M. F. S. ; ZANCAN, LENIRA . Promoção da Saúde e Conhecimentos Emancipatórios: aprendizados com pesquisa ação nos territórios de favelas. In: Figueiredo, Glória Lúcia Alves; Martins, Carlos Henrique Gomes; Akerman, Marco. (Org.). **Vulnerabilidades e Saúde: grupos em cena por visibilidade no espaço urbano**. 1ed.São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2018, v. , p. 383-403.

PIVETTA, F. ; ZANCAN, L. ; CUNHA, M. B. ; CARDOSO, A. L. C. ; SILVA, I. . **Leituras sobre Políticas Públicas: o PAC Favelas como mirante de observação**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2018. v. 01. 194p .

PIVETTA, F. ; ZANCAN, L. ; CUNHA, M. B. ; RIBEIRO, P. E. . **Manguinhos Pós PAC: o agravamento das enchentes, relato de urgências**. 2018.

PIVETTA, F.; CUNHA, M.B.; CARDOSO, A.L.C (Org.). PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ/ENSP, 2016. 50 p.

PIVETTA, F.; CUNHA, M.B.; CARDOSO, A.L.C.PAC Manguinhos: problemas não resolvidos: o que dizem os moradores. Caderno de Oficinas do PAC Manguinhos / organizado por — Rio de Janeiro, RJ : FIOCRUZ/ENSP, 2016. 16 p.

Pivetta, F.; Porto, M.F.S.; Sousa, F.M.; Zancan, L.F.; **Cunha, M.B**; Guimarães, G.; Freitas, J.D. Trilhas da promoção emancipatória da saúde em diálogo com a Atenção Básica. In: Santos, I.S & Goldstein, R.A. (Org.). *Rede de Pesquisa em Manguinhos: sociedade, gestores e pesquisadores em conexão com o SUS*. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

PORTO, M. F.S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 19(10): 4071-4080, 2014.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza et al . Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 6, p. 1747-1756, June 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000601747&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601747&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Feb. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.25802015>.

PORTO, M.F.S. ET AL. Relatório Técnico do Projeto “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental”. Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012. Fevereiro 2015. Disponível em: [http://www.academia.edu/12268270/RELAT%C3%93RIO\\_DA\\_PESQUISA\\_POLI\\_TICAS\\_PU\\_BLICAS\\_MORADIA\\_SANEAMENTO\\_E\\_MOBILIDADE\\_UMA\\_AN%C3%81LISE\\_PARTICIPATIVA\\_DO\\_PAC\\_NA\\_PERSPECTIVA\\_DA\\_PROMO%C3%87%C3%83O\\_DA\\_SA%C3%9ADE\\_E\\_DA\\_JUSTI%C3%87A\\_AMBIENTAL](http://www.academia.edu/12268270/RELAT%C3%93RIO_DA_PESQUISA_POLI_TICAS_PU_BLICAS_MORADIA_SANEAMENTO_E_MOBILIDADE_UMA_AN%C3%81LISE_PARTICIPATIVA_DO_PAC_NA_PERSPECTIVA_DA_PROMO%C3%87%C3%83O_DA_SA%C3%9ADE_E_DA_JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL) Acesso em: 01/06/2015.

PORTO et al. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 523-543, jul./set. 2015.

PORTO, M. F. S. ET AL. Produção compartilhada de conhecimento e cidadania: a experiência da comunidade ampliada de pesquisa-ação do Laboratório Territorial de Manguinhos-RJ. In: TOLEDO R. F.; JACOBI, P. R. (Orgs.). *A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente: princípios, desafios e experiências*

*interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 193-229.

PORTO, M.F.S; PIVETTA, F. Por uma promoção da saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 207-229.

PORTO, M.F.S. *Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integramos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Ago., 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613/26350> . Acesso em 09/01/2017

SAVI, E. A. *O sofrimento difuso de mulheres das classes populares: estudo sobre a experiência de um grupo de convivência* [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2005.

SILVA, E.F. ET AL.A Promoção da Saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experimentação com trabalhadores de escolas públicas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* 13(30):107-19.

TEIXEIRA, C. F., PAIM, J. S., & VILLASBÔAS, A. L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Informe epidemiológico do SUS*, 7(2), 7-28.

TELLES, V. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

\_\_\_\_\_. *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro: Zahar ed, 1981.

VALLA, V. V.. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. S7-S14, 1999. disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1999000600002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000600002&lng=en&nrm=iso), acesso 17 Jan. 2017.

VALLA, V. V.. A crise de compreensão é nossa: procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*, n. 21, p. 177-190, 1996.

VALLA, V.V. (Org.). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985. Petrópolis: Vozes, 1986.

ZANCAN, L.F. ET AL. Dispositivos de Comunicação para a Promoção da Saúde: Reflexões Metodológicas a Partir do Processo de Compartilhamento da Maleta de Trabalho “Reconhecendo Manguinhos”. *Interface* (Botucatu) 2014; 18(Supl. 2): 1313-1326.